

# Unimed Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO UNIMED-BH 2020

A Unimed-BH Cooperativa de Trabalho Médico é formada por 5.436 médicos cooperados e conta com 34 municípios em sua área de atuação. Em 2020, a Cooperativa completou 49 anos de fundação com 1.130.767 clientes em carteira, conforme cadastro na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). As contraprestações efetivas de assistência à saúde foram de R\$ 4.524 milhões e, desse total, R\$ 3.116 milhões foram destinados aos eventos indenizáveis líquidos, como remuneração da assistência prestada aos clientes, números que indicam a consolidação da operação da Unimed-BH e a sua relevância na Saúde Suplementar brasileira.

### Cenário e concorrência

O ano de 2020 foi marcado por uma grave crise mundial que afetou todos os setores e, especialmente, o segmento de saúde. A pandemia, além de provocar uma grande recessão em escala global, envolveu profissionais da saúde de todo o planeta na batalha contra o coronavírus. Como cooperativa de saúde, a Unimed-BH esteve, e ainda está, na linha de frente dessa guerra. Sua força de trabalho – médicos cooperados, profissionais da saúde em diversas áreas, colaboradores e parceiros – se dedica, todos os dias, ao enfrentamento da pandemia, ao mesmo tempo em que a Cooperativa lida com o aumento da concorrência em sua área de atuação.

Nos últimos tempos, Belo Horizonte se tornou bastante atrativa para a Saúde Suplementar. Duas grandes operadoras de planos de saúde aterrissaram na capital mineira nos últimos meses de 2020. A Noredame Intermédica, um dos maiores grupo do país, adquiriu, em agosto de 2020, a Vitalis, que detinha 7% do mercado belo-horizontino na época. E a Hapvida, outro gigante do setor, adquiriu a Promed (5% do mercado na época), em setembro, e a Premium Saúde (3% do mercado na época), em novembro. Com isso, a Unimed-BH passou a ter duas fortes concorrentes em sua área de abrangência, que atuam com um modelo completamente diferente de negócio. Esses dois grupos apostam na verticalização para obter maior controle sobre os custos assistenciais e, assim, oferecer planos de saúde a preços mais baixos. Em janeiro de 2021, Noredame Intermédica e Hapvida anunciaram ao mercado a intenção de fundir seus negócios e, em fevereiro, chegaram a um acordo, resultando na criação de um grupo cujo valor de mercado é estimado em R\$ 110,5 bilhões. Essa fusão pode facilitar a imposição do modelo de negócio das operadoras nos mercados em que estão chegando, como Belo Horizonte.

Para fazer frente a essa crescente concorrência, em 2020, a Unimed-BH intensificou a comercialização do Unifracil, seu principal produto de combate, e ampliou a oferta para clientes individuais. Além disso, os cooperados, reunidos em Assembleia Geral em dezembro de 2020, aprovaram a criação do Fundo de Competitividade Operacional. O objetivo é ter recursos para fazer investimentos em novos modelos assistenciais, comercialização e em ações de marketing com foco no enfrentamento da concorrência e na sustentabilidade da cooperativa. Um dos primeiros movimentos nesse sentido foi a criação do Bem Digital, um novo plano de saúde com foco nos públicos individual e corporativo, que tem como diferencial o atendimento on-line 24 horas, sete dias por semana, por um preço mais acessível.

### Pandemia da COVID-19

Uma pandemia sem precedentes na história recente mudou a vida da humanidade no último ano. Como empresa de saúde, a Unimed-BH se colocou na linha de frente do combate ao novo coronavírus. Para lidar com esse momento de incertezas, a Cooperativa constituiu seu Comitê de Crise mais de um mês antes de a OMS decretar a pandemia e do primeiro caso da COVID-19 ser identificado em Belo Horizonte. Esse grupo estruturou ações coordenadas para todos os públicos de relacionamento: clientes, médicos cooperados, colaboradores, prestadores de serviço e a sociedade em geral.

A Cooperativa se dedicou à promoção de uma contribuição social efetiva com suas ações de enfrentamento. Pela abrangência de sua atuação e pela expressiva representatividade de clientes, também contribuiu para minimizar o impacto da pandemia em sua área de abrangência. O compartilhamento periódico de informações sobre o desenvolvimento da pandemia em nossa rede com entidades do poder público contribuiu para o estabelecimento de um mapa da proliferação da doença e para a tomada de decisão sobre as medidas de proteção social. Além disso, a Unimed-BH disponibilizou gratuitamente para a Prefeitura de Belo Horizonte seu sistema de Consulta On-Line Coronavírus, desenvolvido por sua equipe de Tecnologia da Informação.

A atuação da Unimed-BH ao longo dos últimos anos e o modelo de trabalho neste período de pandemia contribuíram para que ela fosse convidada para fazer parte de uma iniciativa importante do Fórum Econômico Mundial: “The Great Reset” ou “O grande recomeço”. O projeto reúne líderes empresariais de todo o mundo para debater grandes temas ligados à pandemia da COVID-19, buscando construir conjuntamente as bases do novo sistema econômico e social para um futuro mais justo e sustentável. A Cooperativa foi a única empresa brasileira do segmento de Saúde Suplementar convidada para integrar essa iniciativa.

### Cuidado com a sociedade

Na pandemia, a Unimed-BH desenvolveu ações com foco na segurança de seus clientes e fez importantes adequações em sua Rede de Serviços (ver tópico PRINCIPAIS INVESTIMENTOS), com a criação de leitos e a contratação de 450 novos profissionais para reforçar a equipe assistencial.

A Cooperativa também criou e ofereceu a Consulta On-Line Coronavírus. Lançado no dia 18 de março, o serviço realizou mais de 171 mil consultas em 2020, resultando em uma redução de aproximadamente 50% nos atendimentos em prontos-socorros e na queda no tempo de espera nas unidades. Cerca de 400 médicos já participam da Consulta On-Line Coronavírus da Unimed-BH, e a tecnologia foi cedida para a Prefeitura de Belo Horizonte. Assim, a população da capital mineira que utiliza a rede pública também pôde ter acesso a um atendimento seguro, a distância, com profissionais do Sistema Único de Saúde. Além disso, a Unimed-BH também passou a telemonitorar os clientes com sintomas suspeitos da COVID-19 e indicar o melhor percurso assistencial para cada caso. Em 2020, mais de 395 mil pessoas foram telemonitoradas.

O relacionamento com os clientes é um dos pilares de atuação da Unimed-BH. Por isso, a Cooperativa lançou durante a pandemia o talkbot, utilizado para o monitoramento telefônico dos clientes, e o chatbot, para atendimento via WhatsApp. Foram mais de 163 mil contatos por meio do talkbot, e mais de 430 mil clientes monitorados.

Durante o período de isolamento social, as guias de autorizações de exames e procedimentos, das quais antes podiam ser usadas no prazo de 30 dias, passaram a ter validade de 60 dias a contar da data de autorização. O cliente também pôde acompanhar o status das suas solicitações e autorizações pelo portal ou pelo aplicativo Unimed-BH. A carteirinha do plano de saúde também teve seu prazo de validade estendido nesse período.

### Cuidado com os médicos cooperados

Em um dos mais complexos anos da história recente da humanidade, a Unimed-BH registrou resultados expressivos, que possibilitaram uma distribuição recorde de benefícios ao conjunto de cooperados. Foram R\$ 250 milhões em Produção Complementar e R\$ 143,7 milhões em Sobras do Exercício de 2019. Além disso, a Assembleia Geral também aprovou um novo aporte de R\$ 75 milhões na Previdência.

O isolamento social provocou redução no atendimento médico em diversas especialidades. Para amenizar os impactos na renda dos cooperados, a Unimed-BH proporcionou um adiamento opcional de até 70% da produção mensal dos cooperados durante o período inicial da pandemia. Mais de 2,8 mil cooperados aderiram à iniciativa, para a qual a Cooperativa destinou mais de R\$ 50,6 milhões. Além disso, 278 médicos cooperados acometidos pela COVID-19 tiveram parte de sua remuneração garantida no período de afastamento para quarentena, tendo sido pagos mais de R\$ 1,6 milhões no total.

Os cooperados que atuam em consultório próprio também receberam um auxílio para compra de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), valor que foi adicionado à remuneração. Ao todo, foram mais de R\$ 5,4 milhões destinados a essa ação. O total destinado à remuneração dos cooperados em 2020 foi de mais de R\$ 900 milhões.

Para apoiar nossos cooperados no aprimoramento de suas habilidades e conhecimentos, especialmente para os que atuaram na linha de frente da pandemia, em 2020, a Unimed-BH desenvolveu e disponibilizou mais de 100 conteúdos educacionais nas suas plataformas on-line. Entre os materiais, estão 33 podcasts que foram ouvidos por 3.970 médicos distintos, 39 vídeos, vistos por 95% dos cooperados (5.153 médicos), e 22 cursos on-line, que alcançaram 4.845 cooperados.

### Cuidado com os colaboradores

Em 2020, a Unimed-BH redobrou os esforços para proteger a saúde e a segurança dos colaboradores. Com o decreto da Prefeitura de Belo Horizonte que determinou o fechamento dos serviços não essenciais na capital mineira, 100% das equipes administrativas da Unimed-BH foram colocadas em home office em tempo recorde. Para cuidar da saúde mental e emocional das equipes, foi oferecido acolhimento psicológico e social gratuitos a todos os colaboradores. O serviço também foi oferecido nas unidades assistenciais, mediante intervenções individuais ou todas de conversa.

Com o início da reabertura do comércio pela Prefeitura de Belo Horizonte, a Cooperativa traçou um plano para a retomada gradual das atividades presenciais. Para preparar as equipes, foi divulgada uma cartilha com todas as diretrizes necessárias para o retorno seguro, e os prédios administrativos foram totalmente adaptados para receber os colaboradores.

Para as equipes assistenciais, foram desenvolvidos 27 treinamentos sobre temas específicos relacionados à COVID-19, como Paramentação e Desparamentação, Higienezação das Mãos, Coleta de Swab Combinado, Uso Correto da Máscara Cirúrgica, Ventilação Mecânica e Oxigenioterapia, Ventilador Bennett 840, Intubação de Pacientes com COVID-19 no Pré-Hospitalar, entre outros assuntos. Também foram reforçados os estoques de insumos hospitalares, como materiais, medicamentos e Equipamentos de Proteção Individual.

### Cuidado com a Rede de Serviços em Saúde

A Unimed-BH promoveu ações integradas também para a rede de serviços de saúde. Tendo em vista o aumento significativo dos custos de materiais e de medicamentos e a redução dos atendimentos eletivos na Rede Assistencial, com reflexo direto no faturamento dos serviços, a Unimed-BH desenvolveu uma política de benefícios inédita para apoiar financeiramente a Rede Credenciada. A Cooperativa garantiu aos serviços assistenciais o recebimento de até 70% do valor habitualmente faturado com o atendimento aos clientes Unimed-BH, investindo mais de R\$ 11,7 milhões, e também ofereceu um apoio para a compra de insumos médicos.

Com o apoio de uma equipe formada por médicos epidemiologistas e outros profissionais da saúde, foram construídas diretrizes que garantiram ao público acesso a serviços de qualidade com segurança em toda a Rede de Serviços da Cooperativa. Além disso, treinamentos contínuos foram oferecidos às equipes sobre as melhores práticas para o manejo de pacientes com suspeita ou diagnóstico da doença.

Para preservar leitos hospitalares, insumos e também proteger nossas equipes e clientes da exposição desnecessária ao risco de contaminação pela COVID-19, cirurgias eletivas não urgentes foram suspensas temporariamente nas Redes Própria e Credencia.

A Unimed-BH também implementou um modelo complementar de atendimento presencial para pequenas urgências clínicas nos Centros de Promoção da Saúde Unimed – Unidades Pedro I e Santa Efigênia: a Pronto-Santa O serviço ampliou a disponibilidade de atendimento médico nas duas unidades durante os sete dias da semana, garantindo assistência à saúde e agilidade.

Ação de incentivo à melhoria contínua da qualidade dos serviços de saúde, o Selo de Excelência Assistencial chegou à sua quarta edição em 2020. Foram 46 unidades assistenciais reconhecidas, entre hospitais, clínicas oncológicas, serviços de imagem, anatomia patológica, nefrologia e radioterapia, sendo que os três últimos participaram da avaliação pela primeira vez. Além disso, 100% dos prestadores passaram a contar com o Net Promoter Score (NPS), uma das principais metodologias para medir o grau de satisfação e de recomendação dos clientes com os serviços.

### ESG

Atualmente, o mercado tem considerado valores intangíveis determinantes para calcular a relevância de uma empresa, independentemente do segmento, no que se refere a solidez e melhor capacidade de gerenciamento de riscos. Entre as sociedades de capital aberto, o ESG – sigla em inglês para os aspectos Ambiental, Social e de Governança (Environmental, Social and Governance) – tem sido também um dos termômetros para captar investimentos externos, contando inclusive com métricas específicas.

Para as cooperativas, como é o caso da Unimed-BH, o termo traduz um conjunto de práticas que estão alinhadas com o modelo de negócio e com os princípios cooperativistas. Iniciativas voltadas para a sustentabilidade ambiental e socio cultural e para a evolução do modelo de governança, com impactos diretos nos resultados econômico-financeiros, mostram que a Unimed-BH vem caminhando de forma alinhada com esses conceitos.

### Governança

Com gestão coletiva e governança segura, a Unimed-BH tem conseguido, ano após ano, gerar resultados positivos e promover sustentabilidade e solidez econômico-administrativa. A Assembleia Geral dos Cooperados é o principal órgão de governança. A cada cooperado cabe um voto, independentemente do seu capital. Juntos, os médicos têm o direito e o compromisso de escolher os melhores caminhos para a Cooperativa, o que faz da sua participação um sólido pilar na condução do negócio. Em 2020, foram realizadas três Assembleias Gerais – em julho, setembro e dezembro – que contaram com a presença, em média, de 4,6 mil cooperados, com destaque para a de julho, que registrou o recorde de 5.007 cooperados.

Disseminar a cultura da integridade e da conformidade é um compromisso da gestão. As iniciativas desenvolvidas nos últimos dois anos para preparar a Cooperativa para a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) são fruto direto do amadurecimento e da consolidação de nosso Programa de Compliance.

Em 2020, diversas iniciativas foram desenvolvidas para mobilizar as equipes quanto às adequações à LGPD, com os treinamentos on-line, que alcançaram mais de 2 mil colaboradores e médicos cooperados. Além disso, a Unimed-BH definiu o Encarregado de Dados, atendendo à exigência da nova lei, mapeou o fluxo de vida das informações; cuidou da revisão de políticas e procedimentos; definiu as ações de acesso a determinados dados pessoais; publicou uma nova cartilha de Segurança da Informação e disponibilizou o Relatório de Dados Pessoais aos clientes, em seu perfil no portal externo.

Ao longo dos últimos anos, o gerenciamento de riscos na Unimed-BH vem se consolidando de forma expressiva e, atualmente, segue o referencial normativo internacional da ISO 31000 Risk Management – Guidelines. Em 2020, foi criada a Comissão de Gestão de Riscos, composta por membros da alta direção e das áreas que cuidam de Qualidade, Auditoria Corporativa e Gestão de Riscos. Os principais objetivos são assegurar que a metodologia de gerenciamento esteja aderente às boas práticas de gestão e fomentar a mentalidade de riscos na Cooperativa. Um dos avanços nesse sentido foi a revisão da matriz de riscos, que passou por uma simplificação e pela atualização das classificações, e contam agora com uma categoria específica de dados pessoais.

### Responsabilidade Sociocultural

Fundamentada no sétimo princípio cooperativista, Interesse pela Comunidade, a Unimed-BH vem buscando contribuir para o desenvolvimento equilibrado e para o bem-estar das populações localizadas em sua área de atuação. Desde 2012, é signatária do Pacto Global da ONU, assumindo o compromisso público com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A Cooperativa também faz parte da Rede Desafio 2030, rede de organizações do setor privado sediadas em Minas Gerais e comprometidas em avançar com as práticas de sustentabilidade, a promoção do desenvolvimento econômico e a redução das desigualdades sociais em suas áreas de atuação.

O Instituto Unimed-BH é sua frente de responsabilidade sociocultural e, há quase 20 anos, vem construindo uma trajetória de evolução na promoção da cidadania e no fomento à economia criativa local, com patrocínio a parceiros de Belo Horizonte e região metropolitana. O Programa Sociocultural, gerido pelo Instituto, é hoje uma das maiores iniciativas do país de fomento à cultura por meio de pessoas físicas, segundo dados da Secretaria Especial de Cultura do Governo Federal.

Em 2020, com as mudanças provocadas pela pandemia da COVID-19, foi necessário adaptar a condução das iniciativas e projetos, mantendo o olhar humanizado para as necessidades das pessoas nesse momento. Uma das frentes de atuação foi a mobilização de médicos cooperados e colaboradores como voluntários para o levantamento de recursos, por meio dos quais foram doadas quase 35 toneladas de alimentos e produtos de higiene e limpeza e mais de 1.600 cestas básicas. Foram contempladas famílias das comunidades Morro das Pedras e Barragem Santa Lúcia, em Belo Horizonte; catadores da Redesol MG, associação de cooperativas de reciclagem apoiada pelo Instituto; além de instituições sociais atendidas ou cadastradas no Instituto Unimed-BH.

Por meio da campanha Abraço do Bem, 14 comunidades em situação de vulnerabilidade social, em Belo Horizonte e região metropolitana receberam materiais educativos, com orientações sobre medidas de higiene e distanciamento social. Além disso, mais de 56 mil máscaras foram doadas para instituições e projetos sociais da região metropolitana, além de 200 frascos de álcool em gel distribuídos para instituições de cuidados com idosos.

### Responsabilidade Ambiental

A Unimed-BH possui um forte compromisso com a responsabilidade ambiental. Com a pandemia, algumas iniciativas que já eram realizadas foram intensificadas. Um exemplo é a utilização do recurso de videoconferência, movimento que ganhou força com a adoção do home office para as equipes administrativas. Apenas com o uso dos recursos das salas de videoconferência e com a consequente redução de deslocamentos por carro, deixamos de emitir 0,58 toneladas de CO<sub>2</sub> na atmosfera em 2020.

A Cooperativa adota o descarte adequado por meio da coleta seletiva, contribuindo para a reciclagem do resíduo que retorna ao meio ambiente. De janeiro a dezembro de 2020, nossa operação gerou 92,3 toneladas de materiais recicláveis. Com a redução de impressões, foram economizados mais de R\$ 130 mil, e 488 árvores poupadas.

Também seguimos monitorando o consumo dos recursos hídricos e de energia. Entre as novidades, está a conversão de 95% das unidades da rede Unimed-BH ao Mercado Livre de Energia, deixando de consumir energia nos modelos tradicionais e gerando mais economia. Com isso, foram economizados R\$ 3,7 milhões. Já o uso da água foi de 108,3 milhões de m<sup>3</sup>, 10 milhões de m<sup>3</sup> a menos que em 2019.

### Reputação

Em 2020, a Unimed-BH aplicou a segunda Pesquisa de Reputação (a primeira foi em 2017), conduzida pelo Reprtrak, organização internacional de referência na análise da percepção da marca pelos públicos das empresas. Em ambas as edições da Pesquisa de Reputação, foi avaliada a percepção dos públicos sobre a Cooperativa, considerando os pilares Estima, Admiração, Confiança e Empatia. Na pesquisa de 2020, foram incluídos os fornecedores no grupo de públicos pesquisados.

Entre o público geral, a reputação da Unimed-BH é de 63,6, considerada mediana na metodologia do Reprtrak. Entre os clientes, é de 69,5, interpretada como mediana para forte. Entre os médicos cooperados e prestadores de serviço em saúde, a reputação é considerada forte para excelente: 79,5 e 78,8, respectivamente. Fornecedores e colaboradores avaliam a reputação da Unimed-BH como excelente: 83,2 e 81,7, respectivamente.

Considerando a atuação na pandemia, 74% dos clientes afirmaram que ter um plano de saúde Unimed-BH trouxe mais segurança, e 59,2% do público geral disse que teria se sentido mais seguro se contasse com um plano de saúde Unimed-BH. Outro importante resultado foi que 88% dos clientes se disseram satisfeitos com a Cooperativa, segundo pesquisa realizada pelo Datafolha em 2020. Além disso, a mesma pesquisa mostrou que a satisfação dos médicos cooperados é de 91%.

### Reconhecimentos

A Unimed-BH conta com uma presença expressiva nos principais rankings de negócio do país, que evidenciam a solidez da Cooperativa. Na avaliação da revista ISTOÉ Dinheiro, ocupa a 3ª posição como o melhor plano de saúde do Brasil. No anuário Valor 1000, está na 5ª posição entre as 50 maiores operadoras do país. No Guia Exame Melhores e Maiores, foi considerada a 7ª maior instituição do setor de serviços de saúde por receita e liderança de mercado. Também ocupa o 7º lugar no ranking das empresas de saúde no anuário Época 360º.

A Cooperativa recebeu, da Unimed do Brasil, o Selo de Sustentabilidade e Governança, na categoria ouro. Com abrangência nacional, o prêmio destaca as cooperativas do sistema que possuem processos, normas e critérios estruturados e padronizados e que possuem uma governança em constante evolução, atuando com foco na entrega de resultados sustentáveis.

O Sistema Ocemg conferiu à Unimed-BH o certificado de conclusão e honra ao mérito em reconhecimento à participação no Programa de Desenvolvimento da Gestão das Cooperativas – Ciclo 2019, parabenizando-a pelo empenho na busca constante pela excelência da gestão. Além disso, no Anuário de Informações Econômicas e Sociais do Cooperativismo Mineiro 2020 a Unimed-BH lidera o ranking nas seguintes categorias do segmento da saúde: Número de Cooperados, Sobras do Exercício, Ativos Totais, Patrimônio Líquido, Capital Social, Número de Empregados, Ingressos/Receitas Totais e Número de Usuários.

### Perspectiva de futuro

Em 2021, a Unimed-BH completa 50 anos de atuação e fará novos investimentos em infraestrutura (ver tópico PRINCIPAIS INVESTIMENTOS). Também aprimorará a incorporação de tecnologia, ampliando o uso da Robotic Process Automation (RPA) em seus processos, melhorando a experiência de trabalho das equipes e potencializando sua performance com a tecnologia de inteligência artificial.

A saúde digital e a telemedicina representam o uso das inovações e ferramentas tecnológicas para aumentar o acesso aos serviços de saúde e superar barreiras geográficas. Na pandemia, a Cooperativa passou a oferecer consultas on-line, contribuindo para maior segurança assistencial. Para 2021, a Cooperativa pretende potencializar as experiências dos usuários nas soluções de base tecnológica por meio do Health User Experience (HUX), uma iniciativa do Centro de Inovação que aplica metodologias de design de experiência à criação, avaliação e melhorias de produtos digitais.

A biometria facial é uma tecnologia inovadora que tem sido usada, cada vez mais, como meio de identificação segura, prática e confiável. A Unimed-BH tem evoluído a biossegurança na utilização dessa ferramenta. Iniciativas já estão sendo implementadas na Rede Própria e em alguns parceiros da Rede Prestadora. Outra ferramenta, o SOL, voltado para a gestão assistencial nos consultórios dos médicos cooperados, foi implantado em 2020 e, em 2021, será ampliado para os prestadores, unificando todos os sistemas utilizados atualmente pela rede parceira.

A Unimed-BH também seguirá investindo em novos modelos assistenciais que pratcam um olhar integrado da saúde, privilegiando a prevenção e com foco na melhor experiência para os clientes. Para enfrentar a concorrência que está crescendo em sua área de atuação, a Cooperativa te algumas ações estruturadas: reforço dos produtos; contratação da plataforma Salesforce, que proporcionará ainda mais eficiência comercial; investimento em campanhas de marketing mais agressivas.

### EFICIÊNCIA, SOLIDEZ E SUSTENTABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA

Em 2020, um conjunto de estratégias, resultados e eventos contribuiu para fortalecer a solidez econômico-financeira da Unimed-BH. Um dos indicadores mais significativos é o crescimento de 23,58% no Patrimônio Líquido (PL) no ano, alcançando R\$ 2.612.660 mil. Além dos resultados positivos ao longo dos anos, o principal impulso tem sido a valorização do capital social dos cooperados. São R\$ 693.012 mil, que representam 26% do PL. Com isso, a Unimed-BH figura como a maior cooperativa mineira em patrimônio líquido e capital social, além de ocupar a quarta posição em ativos totais, de acordo com o Anuário de Informações Econômicas e Sociais do Cooperativismo Mineiro 2020, publicado pelo Sistema Ocemg.

A Cooperativa também fortaleceu a sua diretriz interna de responsabilidade na gestão, com foco no aumento da eficiência operacional. Como resultado, mantém o selo do Programa de Acreditação de Operadoras, concedido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), classificando-se no nível I, o mais alto da escala.

Na Unimed-BH, o ano de 2020 se encerrou com um segundo recorde consecutivo anual na carteira: 1.313.458 clientes e uma participação de mercado de 52%. As ações de enfrentamento da pandemia, que promoveram inúmeras contribuições sociais, foram fundamentais para aumentar a percepção positiva da marca no mercado, tornando-se um importante atrativo. Associada a isso está uma forte estratégia comercial, com foco no diferencial competitivo de qualidade por preço acessível e no relacionamento com os clientes, que foi preponderante para este resultado.

O indicador de Contraprestações Efetivas, que corresponde à nossa receita líquida, foi de R\$ 4,5 bilhões, 7,34% maior do que em 2019. As Despesas Médicas ou sinistralidade foram de 68,89%, 8,83 pontos percentuais abaixo da meta estabelecida para o ano (77,72%). E a Margem Ebitda chegou a 19,42% (11,03% em 2019).

Um panorama econômico-financeiro da Unimed-BH pode ser mais bem analisado com a ajuda dos indicadores abaixo calculados de forma comparativa (2020 x 2019), acompanhados das análises correspondentes:

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Margem de Lucro Líquida (MLL)</b>		
Mostra a relação entre o resultado líquido e o total das <b>receitas com operação de planos de saúde</b> (contraprestações efetivas): MLL = <u>Resultado Líquido</u> / <u>Contraprestações Efetivas</u>	0,13	0,06
<b>Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE)</b>		
Mostra a relação entre o resultado líquido e o patrimônio líquido: ROE = <u>Resultado Líquido</u> / <u>Patrimônio Líquido</u>	0,24	0,13
<b>Percentual de Despesas Assistenciais em relação às Receitas de Contraprestações (DM)</b>		
Mostra a relação entre despesas assistenciais (ou despesas médicas ou sinistralidade) e o total das receitas com contraprestações efetivas (ou operação de planos de saúde): DM = <u>Eventos Indenizáveis Líquidos</u> / <u>Contraprestações Efetivas</u>	0,67	0,77
<b>Percentual de Despesas Administrativas em relação às Receitas de Contraprestações (DA)</b>		
Mostra a relação entre despesas administrativas e o total das receitas com contraprestações efetivas (ou operação de planos de saúde): DA = <u>Despesa Administrativa</u> / <u>Contraprestações Efetivas</u>	0,11	0,11
<b>Percentual de Despesa Comercial em relação à Receita de Contraprestações (DC)</b>		
Mostra a relação entre despesas comerciais e o total das receitas com contraprestações efetivas (ou operação de planos de saúde): DC = <u>Despesa Comercial</u> / <u>Contraprestações Efetivas</u>	0,01	0,01
<b>Percentual de Despesas Operacionais em relação às Receitas Operacionais (DOP)</b>		
Mostra a relação entre despesas operacionais (assistenciais ou eventos indenizáveis líquidos, comerciais, administrativas e outras despesas operacionais) e o total das receitas operacionais (receitas de contraprestações relacionadas a operações de planos de saúde e outras receitas operacionais): DOP = <u>Eventos Indenizáveis Líquidos + Despesa Comercial + Despesa Administrativa + Outras Despesas Operacionais</u> / <u>Contraprestações Efetivas + Outras Receitas Operacionais</u>	0,82	0,91
<b>Índice de Resultado Financeiro (IRF)</b>		
Mostra a relação entre o resultado financeiro líquido e o total das receitas com contraprestações efetivas (ou operação de planos de saúde): IRF = <u>Resultado Financeiro Líquido</u> / <u>Contraprestações Efetivas</u>	-0,01	0,00
<b>Liquidez Corrente (LC)</b>		
Mostra a relação entre os ativos conversíveis em dinheiro no curto prazo e as dívidas de curto prazo: LC = <u>Ativo circulante</u> / <u>Passivo circulante</u>	2,05	1,68
<b>Capital de terceiros sobre o Capital próprio (CT/CP)</b>		
Representa a relação entre o total das dívidas e o Patrimônio líquido: CT/CP = <u>Passivo Circulante + Passivo Não circulante</u> / <u>Patrimônio Líquido</u>	0,61	0,72
<b>Prazo Médio de Recebimento de Contraprestações (PMRC)</b>		
Representa o tempo médio que a operadora leva para receber os créditos de operações de saúde, já descontada a provisão para perdas sobre créditos (PPSC): PMRC = <u>Créditos ops de saúde + PPSC</u> / <u>Contraprestações Efetivas</u> X 360	19,07	16,24
<b>Prazo Médio de Pagamento de Eventos (PMPE)</b>		
Representa o tempo médio que a operadora leva para pagar aos prestadores o que já foi avisado: PMPE = <u>Provisão de Eventos a liquidar</u> / <u>Eventos Indenizáveis Líquidos</u> X 360	50,38	45,15

Os indicadores da Margem de Lucro Líquido, do retorno sobre o Patrimônio Líquido e do Índice de Liquidez corrente tiveram aumentos significativos quando comparados com ano anterior, fruto dos resultados obtidos em 2020. Um dos principais motivos para a elevação dos resultados é a redução dos custos em função da pandemia da COVID-19. Houve uma redução das Despesas Médicas assistenciais, mesmo tendo a Cooperativa investido recursos específicos para o enfrentamento da pandemia, como estruturas de hospitais temporários, aumento de leitos e compra de materiais e medicamentos.

Alinhada com as definições dos órgãos competentes, a Cooperativa colocou em home office toda sua estrutura administrativa, dado que não trouxe impacto significativo nas Despesas Administrativas e Despesas de Comercialização, que se mantiveram no mesmo patamar de 2019.

Em linha com o excelente resultado de 2020 e com a estratégia de remuneração do capital, incorporando as quotas partes dos médicos cooperados da Unimed-BH, há uma elevação no Patrimônio Líquido de 23,58%, que corresponde à redução da relação de dependência de capital de terceiros.

O resultado financeiro e as despesas comerciais, em relação às Contraprestações Efetivas, representam apenas 0,01%.

O aumento do prazo médio de recebimento de contraprestação se refere ao registro da suspensão do reajuste de planos de saúde em atendimento ao princípio da competência, uma vez que sua cobrança ocorrerá apenas no próximo exercício.

A redução das Despesas Médicas assistenciais, alinhado ao aumento da provisão de Eventos a Liquidar, contribuíram para aumento do prazo médio de pagamento de eventos.

### POLÍTICA DE DESTINAÇÃO DE SOBRAS

A Unimed-BH apura seus resultados levando em conta os atos cooperativos, auxiliares e não cooperativos. Os atos cooperativos são aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados e pelas cooperativas entre si, quando associadas, para a consecução dos objetivos sociais, correspondendo ao valor dos serviços efetivamente realizados pelos cooperados, conforme definido no artigo nº 79 da Lei nº 5.764/71.

Os atos auxiliares são aqueles que contribuem para a prestação de serviço do médico cooperado. Correspondem à utilização de hospitais, clínicas, laboratórios e outros serviços de saúde. Já os atos não cooperativos não têm relação com os médicos cooperados, sendo alheios ao propósito principal da Cooperativa.

Seguindo a legislação vigente, o Fundo de Reserva recebeu 10% do resultado dos atos cooperativos. O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (Fates) recebeu 5% do resultado dos atos cooperativos e 100% do resultado dos atos auxiliares e não cooperativos. As Sobras à disposição dos médicos cooperados, em Assembleia Geral Ordinária, equivalem a 85% do resultado dos atos cooperativos.

### PERSPECTIVAS E PLANOS DA ADMINISTRAÇÃO PARA EXERCÍCIOS SEGUINTES

Uma das pioneiras na organização do trabalho médico e da assistência à saúde no Brasil sob o modelo cooperativo, a Unimed-BH é, atualmente, referência no cenário da Saúde Suplementar do país. A busca de eficiência na assistência à saúde e na operação, somada ao engajamento das equipes na aplicação de novas tecnologias, asseguraram resultados positivos e permanecem como diretrizes para 2020.

Seguindo no caminho de melhoria contínua, a Cooperativa dará continuidade às ações pautadas na qualidade, eficiência, austeridade e inovação. O propósito cuidar da saúde e permanecer fazendo a diferença na vida das pessoas, dando cada passo em prol do bem comum e do desenvolvimento.

### INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E CONTROLADAS

A Unimed-BH tem participação acionária de 14,87% (14,38% em 2019) na Unimed Participações S/A, holding do Sistema Unimed e controladora das empresas Unimed Seguradora, Unimed Administração e Serviços e Unimed Corretora, que representa os interesses das cooperativas e do Sistema Unimed junto às suas controladas, na condução dos negócios. A Unimed Participações atua de forma a sustentar as necessidades de capital das empresas controladas, captando recursos e acompanhando suas performances, sempre em busca de otimizar a rentabilidade dos investimentos das sócias. Esse investimento está registrado pelo valor de R\$ 195.401 mil.

Em função da participação de acionária na Unimed Participações, que detém o controle da Unimed Seguradora, juntamente com o critério de influência significativa, reclassificamos este investimento em 2019 pelo método do MEP. Nossa participação acionária na Unimed Seguradora S.A. totaliza 1,92%. A Unimed Seguradora S.A., sociedade de capital fechado, dedica-se à negociação de seguros, sujeita à fiscalização da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), órgão subordinado ao Ministério da Fazenda.

A Cooperativa possui 20% das quotas de participação da UNIO Soluções em Tecnologia Ltda, tendo como objeto social da sociedade a criação, a implantação e a operação de soluções de sistemas de informação; o licenciamento e a cessão dos direitos de uso de programas de computadores; e o treinamento e a consultoria para a implementação e a operação de seus produtos e serviços. Foram adicionados R\$ 1.734 em 2020.

Em 2020, houve aumento do investimento referente à incorporação de sobras e juros sobre o capital, no valor de R\$ 3.703 (R\$ 6.067 em 2019).

### PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

Com o objetivo de prestar a melhor assistência aos clientes na pandemia, a Unimed-BH investiu na criação de mais de 200 novos leitos de internação e UTI Pediátrica e Adulto em suas unidades hospitalares. Além disso, reativou a estrutura do antigo Hospital Unimed – Unidade Betim Centro, que também abriga a Clínica Unimed, e transformou o Centro de Promoção da Saúde Unimed – Unidade Pedro I em unidade hospitalar temporária.

Para 2021, está prevista a migração da estrutura do Centro de Promoção da Saúde Unimed – Unidade Betim para o espaço do antigo hospital no Centro e a criação de uma unidade de pronto atendimento no Centro de Promoção da Saúde Unimed – Unidade Pedro I.

### DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE FINANCEIRA

A Cooperativa participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis, gerados pelas operações. Os riscos associados a esses instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando à liquidez, à rentabilidade

# Unimed Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico



2/7

ANS - Nº 34.388-9

## BALANÇOS PATRIMONIAIS - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	2020	2019		Nota explicativa	2020	2019
<b>Ativo</b>				<b>Passivo e do patrimônio líquido</b>			
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Disponível	4	135.781	137.871	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	14	445.057	457.020
Realizável a longo prazo		1.436.199	1.171.739	Provisão para remissão		10.593	10.443
Aplicações financeiras	5	960.777	803.756	Provisão de eventos a liquidar para SUS		42.004	38.329
Aplicações garantidoras de provisões técnicas	14.e	80.048	242.993	Eventos a liquidar de operações de assistência à saúde		237.976	227.902
Aplicações livres		880.729	560.762	Provisão de eventos ocorridos e não avisados - outros prestadores		132.891	160.198
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	6	246.825	195.792	Outras provisões técnicas		21.593	20.148
Contraprestação pecuniária a receber		96.869	79.424	Outras provisões de assistência à saúde		86.837	52.137
Participação de beneficiários em eventos indenizáveis		52.522	51.615	Débitos de operações de assistência à saúde		293	230
Operadoras de planos de assistência à saúde		49.302	64.753	Receita antecipada de contraprestações		22.858	20.462
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde		48.202	-	Comercialização sobre operações		-	880
Créditos de oper. assist. à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	7	51.978	48.272	Operadoras de planos de assistência à saúde		31.403	28.309
Créditos tributários e previdenciários	8	29.180	58.012	Outros débitos de operações com planos de assistência à saúde		31.983	2.266
Bens e títulos a receber	9	116.339	37.311	Débitos de operações assist. à saúde não relacion. c/ pl. saúde da OPS		17.820	15.301
Despesas antecipadas		3.197	407	Tributos e encargos sociais a recolher	15	114.202	128.248
Conta corrente com cooperados	10	27.833	28.180	Tributos e contribuições		114.202	128.248
Total do ativo circulante		1.571.980	1.309.610	Empréstimos e financiamentos a pagar	16	97.442	30.820
				Débitos diversos	10	9.741	94.124
<b>Não circulante</b>				Conta corrente de cooperados		5.981	554
Realizável a longo prazo		1.470.152	1.079.698	Total do passivo circulante		767.039	778.204
Aplicações financeiras	5	740.996	509.717	<b>Não circulante</b>			
Aplicações garantidoras de provisões técnicas	14.e	630.686	422.238	Exigível a longo prazo			
Aplicações livres	8	110.310	87.479	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	14	398.171	357.444
Créditos tributários e previdenciários	8	2.776	4.954	Provisão para remissão		17.949	17.364
Títulos e créditos a receber	9	663	1.098	Provisão de eventos a liquidar para SUS		156.192	153.408
Ativo fiscal diferido	19.b	94.536	94.536	Outras provisões técnicas		224.030	186.675
Depósitos judiciais e fiscais	17.b	531.181	471.826	Provisões judiciais	17	424.619	369.645
Outros créditos a receber a longo prazo		-	3.546	Empréstimos e financiamentos a pagar	16	424.619	15.410
Investimentos	11	292.895	246.651	Débitos diversos		-	124
Participações societárias avaliadas pelo método de equivalência patrimonial		234.845	192.437	Total do passivo não circulante		822.790	742.626
Participações em outras sociedades		234.845	192.437	<b>Patrimônio líquido</b>	18		
Participações societárias pelo método de custo		36.642	32.495	Capital social		693.912	661.169
Outros investimentos		21.108	21.719	Reservas		1.609.762	1.309.194
Imobilizado	12	926.978	954.537	Reservas de reavaliação		23.849	24.524
Imóveis de uso próprio		788.110	464	Reservas de lucros/sobras/retenção de superávit		1.585.913	1.284.670
Imóveis - hospitalares		459.778	466.942	Lucros (superávits) ou prejuízos (déficits) acumulados ou resultado		308.986	143.790
Imóveis - não hospitalares		328.332	334.522	Total do patrimônio líquido		2.612.660	2.114.153
Imobilizado de uso próprio		136.208	150.202	Total do passivo e do patrimônio líquido		4.202.489	3.634.983
Imobilizado - hospitalares		90.023	98.357				
Imobilizado - não hospitalares		46.185	51.845				
Imobilizações em curso		1.232	1.203				
Outras imobilizações		1.428	1.668				
Intangível	13	40.784	44.487				
Total do ativo não circulante		2.630.509	2.325.373				
Total do ativo		4.202.489	3.634.983				

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR ATO - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO 2020 E 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

Contraprestações efetivas de operações com plano de assistência à saúde	Nota Explicativa	2020				2019			
		Ato Cooperativo		Ato Não Cooperativo		Ato Cooperativo		Ato Não Cooperativo	
		Principais	Auxiliares	Receitas (Despesas)	Total	Principais	Auxiliares	Receitas (Despesas)	Total
Receitas com operação de assistência à saúde	20	2.356.232	2.053.980	114.139	4.524.351	2.102.671	1.999.669	112.708	4.215.048
Receitas com operação de assistência à saúde		2.409.247	2.126.861	123.924	4.660.032	2.161.446	2.059.329	120.649	4.341.424
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde		740.996	2.144.817	125.179	4.699.566	2.189.036	2.079.442	122.358	4.390.836
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora		(20.323)	(17.956)	(1.255)	(39.534)	(27.590)	(20.113)	(1.709)	(49.412)
Eventos indenizáveis líquidos	21	(53.015)	(72.881)	(9.785)	(135.681)	(58.775)	(59.660)	(7.941)	(126.376)
Eventos conhecidos ou avisados		(1.554.981)	(1.509.959)	(51.813)	(3.116.753)	(1.561.865)	(1.636.713)	(147.464)	(3.246.042)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados		(1.561.370)	(1.509.019)	(73.671)	(3.144.060)	(1.574.823)	(1.624.546)	(77.782)	(3.277.151)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		6.389	(940)	21.858	27.307	12.958	(12.167)	(69.682)	(68.891)
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde		801.251	544.921	62.326	1.407.598	540.806	362.956	362.956	869.006
Receitas assistenciais à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	22	791	659	39	1.589	926	708	42	1.676
Receitas com operações de assistência médico-hospitalar		77.727	127.669	6.403	211.799	97.157	126.800	13.509	237.466
Receitas com intercâmbio eventual		8.016	20.202	824	29.042	13.721	18.864	1.301	33.886
Outras receitas operacionais		54.825	99.936	2.014	156.775	60.149	104.339	3.331	167.819
(-) Tributos diretos de outras atividades de assistência à saúde		788.110	7.531	3.565	25.982	23.287	3.597	8.877	35.761
Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde	22	(1.945)	(3.103)	(106)	(5.154)	(3.252)	(1.664)	(164)	(6.100)
Outras despesas operacionais de planos de assistência à saúde		(118.960)	(67.384)	(15.091)	(201.435)	(80.579)	(60.200)	(4.445)	(145.224)
Programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças		(118.692)	(62.734)	(3.984)	(185.410)	(80.882)	(38.879)	(2.379)	(122.140)
Recuperação de outras despesas operacionais de assistência à saúde		(6.063)	(4.505)	(266)	(10.834)	(7.196)	(5.438)	(324)	(12.958)
Resultado bruto		7.150	(145)	(10.841)	7.150	7.380	119	7.380	7.380
Despesas de comercialização	23	(29.626)	(21.689)	(1.332)	(52.647)	(22.041)	(16.715)	(968)	(39.724)
Despesas administrativas	24	(317.672)	(160.824)	(13.628)	(492.124)	(306.291)	(160.382)	(14.398)	(481.071)
Resultado financeiro líquido		2.429.576	2.702	42.333	27.471	(68.338)	2.881	81	16.486
Receitas financeiras		16.702	12.419	43.920	72.941	18.252	13.718	82.704	114.674
Despesas financeiras		(89.298)	(9.627)	(1.487)	(100.412)	(86.590)	(10.837)	(761)	(98.188)
Resultado patrimonial		(1.205)	(1.064)	47.977	45.708	(4.104)	(3.214)	42.785	35.467
Receitas patrimoniais		2.770	1.617	48.087	52.474	4.494	2.426	43.511	50.431
Despesas patrimoniais		(3.975)	(2.681)	(110)	(6.766)	(8.598)	(5.640)	(726)	(14.964)
Resultado antes dos impostos e participações		283.391	326.546	748.562	138.625	87.809	168.208	82.601	338.718
Imposto de renda	19	-	(61.849)	(26.256)	(88.105)	-	(27.362)	(14.434)	(41.796)
Contribuição social	19	-	(27.771)	(11.789)	(39.560)	-	(14.513)	(7.656)	(22.169)
Impostos diferidos	19	-	4.275	1.815	6.090	-	4.177	2.204	6.381
Participação nas sobras		(6.450)	(4.799)	(289)	(11.538)	(5.297)	(4.058)	(237)	(9.592)
Resultado líquido		276.941	236.402	102.106	615.449	82.512	126.552	62.478	271.542

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO 2020 E 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

Sobra líquida do exercício	Nota Explicativa	2020				2019			
		Ato cooperativo		Ato não cooperativo		Ato cooperativo		Ato não cooperativo	
		Principais	Auxiliares	Receitas (Despesas)	Total	Principais	Auxiliares	Receitas (Despesas)	Total
Resultados abrangentes		276.941	236.402	102.106	615.449	82.512	126.552	62.478	271.542
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente total		276.941	236.402	102.106	615.449	82.512	126.552	62.478	271.542

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO 2020 E 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

Saldo em 31 de dezembro de 2018	2020		2019		Resultados acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	FATES	Reserva Pró-Família		
625.724	46.375	872.347	201.379	25.700	42.178	1.813.703
Aumento (redução) de capital						
Integralização de capital com juros de capital próprio	52.580	-	-	-	-	52.580
Integralização de capital com entrada de novos cooperados	10.939	-	-	-	-	10.939
Devolução de capital	(28.074)	-	-	-	-	(28.074)
Reservas						
Aporte no Fundo Pró-Família	-	-	-	42.178	-	(42.178)
Pagamento de benefícios do Fundo Pró-Família	-	-	-	(12.069)	-	(12.069)
Total de transações de capital e realização/constituição de reservas	35.445	-	-	30.109	-	(42.178)
Sobra líquida do exercício - ato cooperativo principal	-	-	-	-	-	82.512
Absorção de despesas pelo uso do FATES no exercício	-	-	(86.273)	-	-	86.273
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	(379)	379
Constituição dos fundos obrigatórios	-	-	-	-	-	-
Fundo de reserva 10% s/ sobra líquida do exercício	-	16.916	-	-	-	(16.916)
FATES estatutário 5% s/ sobra líquida do exercício	-	-	8.458	-	-	(8.458)
Total do resultado do ato cooperativo principal e realização/constituição de reservas	-	16.916	(77.815)	-	(379)	82.512
Resultado com ato cooperativo auxiliar e ato não cooperativo	-	-	-	-	-	189.030
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	(216)	216
IRPJ e CSLL sobre realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	74	(74)
IRPJ e CSLL sobre reversão (variação percentual atos coop.) da reserva de reavaliação	-	-	-	-	(655)	6.187
Outras	-	-	-	-	-	(655)
Constituição dos fundos obrigatórios	-	-	-	-	-	6.187
FATES - resultado com ato cooperativo auxiliar e ato não cooperativo	-	-	195.359	-	-	(195.359)
Total do resultado do ato cooperativo principal e realização/constituição de reservas	-	-	195.359	-	(797)	194.562
Saldo em 31 de dezembro de 2019	661.169	63.291	989.891	231.488	24.524	2.114.153
Aumento (redução) de capital						
Integralização de capital com juros de capital próprio	55.439	-	-	-	-	55.439
Integralização de capital com entrada de novos cooperados	956	-	-	-	-	956
Devolução de capital	(23.652)	-	-	-	-	(23.652)
Reservas						
Aporte no Fundo Pró-Família	-	-	-	-	-	-
Pagamento de benefícios do Fundo Pró-Família	-	-	-	(5.784)	-	(5.784)
Distribuição das sobras de 2019	-	-	-	-	-	(143.790)
Total de transações de capital, distribuição de sobras e realização/constituição de reservas	32.743	-	-	(5.784)	-	(116.831)
Sobra líquida do exercício - ato cooperativo principal	-	-	-	-	-	276.941
Absorção de despesas pelo uso do FATES no exercício	-	-	(86.160)	-	-	86.160</

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

### 1. Contexto operacional da Cooperativa

A Unimed Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico (doravante denominada Cooperativa, Unimed-BH, Entidade ou Operadora) é uma cooperativa de serviços médicos e hospitalares, constituída em 1º de abril de 1971, por médicos cooperados e tem por objetivo a defesa econômica e social do trabalho de seus cooperados, promovendo contratos para a prestação de serviços de assistência médico-hospitalar individuais, familiares e coletivos. É seu objetivo, ainda, a educação cooperativista de seus cooperados e a participação em campanhas de expansão do cooperativismo e de modernização de suas técnicas. A sua sede é em Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, atuando também nos municípios de Baldim, Betim, Barão de Cocais, Brumadinho, Caeté, Capim Branco, Catas Altas, Conceição do Mato Dentro, Confins, Contagem, Esmeraldas, Ibitiré, Igarapé, Jaboticatubas, Juatuba, Lagoa Santa, Mario Campos, Matozinhos, Nova Lima, Nova União, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Sabará, Santa Bárbara, Santa Luzia, Santana do Riacho, São Joaquim de Bicas, São José da Lapa, Sarzedo, Taquaraçu de Minas e Vespasiano.

Ao longo do exercício de 2020, diante do cenário mundial em que nosso país e o mundo atravessam por conta da pandemia do COVID-19, a Cooperativa teve uma redução das despesas médicas assistências influenciada por um movimento de redução nos procedimentos eletivos e também pela estratégia governamental de enfrentamento da pandemia, com o protocolo de isolamento para frear o seu avanço. Diante desse cenário, em linha com as definições dos órgãos competentes, a Cooperativa colocou em trabalhos home office toda sua estrutura administrativa, criou uma política de adiamento e prestações de assistência e ampliou o seu Centro de Distribuição, trabalhando de forma preventiva para abastecimento de sua Rede Própria, conforme pode ser observado na nota explicativa nº 9.

Em se tratando do tipo de negócio que atuamos, mesmo com as ações de investimento assistenciais como novos leitos, materiais, medicamentos e EPIs, juntamente com as ações administrativas, os impactos financeiros até o momento não comprometem nossa continuidade.

Com as medidas de flexibilização no estado de Minas Gerias e com a vacinação em curso, é esperado um aumento das despesas médicas assistenciais no próximo exercício, mas por se tratar de uma enfermidade nova, torna-se difícil prever com exatidão quando se dará a normalidade.

### 2. Base de preparação

As demonstrações financeiras, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendados pela ANS, inclusive as normas instituídas pela própria ANS, bem como as interpretações e as orientações emitidas por aquele Comitê.

A escrituração contábil segue o Plano de Contas Padrão da ANS e o modelo de apresentação das demonstrações financeiras a ser adotados obrigatoriamente pelas Operadoras de Planos de Assistência à Saúde, conforme os critérios estabelecidos pela Resolução Normativa nº 435/2018.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho Fiscal em 1º de março de 2021.

#### 2.1. Base de mensuração

As demonstrações financeiras, foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor que, no caso de ativos financeiros disponíveis para venda e outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos, quando existentes), é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo, incluindo os ativos adquiridos por combinação de negócios. Os ativos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

#### 2.2. Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Grupo, ou seja, a moeda do principal ambiente econômico no qual esta atua. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### 2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor e que visam a atender compromissos de curto prazo.

#### 2.4. Aplicações financeiras

Incluem aplicações financeiras resgatáveis no prazo contratado e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e com prazos de vencimentos superiores a três meses a contar da data da contratação registrada no curto prazo. As aplicações financeiras são apresentadas como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço. Todas as aplicações vinculadas às provisões técnicas foram registradas no ativo não circulante, observando o critério de indisponibilidade desse recurso financeiro.

#### 2.5. Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Os créditos de operações com planos de assistência à saúde são avaliados no momento inicial pelo valor presente e deduzidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, que considera os títulos vencidos há mais de 60 dias da data do fechamento do exercício para os clientes pessoa física e 90 dias para os clientes pessoa jurídica e clientes de intercâmbio e todos os demais títulos em aberto dos clientes que se enquadram nos critérios citados, após análise individual efetuada pela Administração.

#### 2.6. Investimentos em participação de outras entidades

Os investimentos em sociedades não cooperativas, coligadas, destinados a complementar a atividade do ato cooperativo, são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado. Os investimentos em sociedade cooperativa de qualquer grau são registrados pelo custo de aquisição, e seus resultados contabilizados, de acordo com o princípio da Competência, em conta de ingresso que integra a conta de investimento da investidora. A cada data de fechamento do balanço patrimonial, existindo evidência de que o investimento sofreu perda, é constituída a provisão para desvalorização.

#### Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Cooperativa em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas. As coligadas são aquelas entidades nas quais a Cooperativa, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

### 2.7. Imobilizado

#### i) Reconhecimento inicial e mensuração

Os itens que compõem o grupo de imobilizado são reconhecidos pelo custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O custo histórico inclui também os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, conforme Pronunciamento Técnico CPC 20 - Custos de Empréstimos. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

O método de depreciação linear é aplicado a todos os itens que compõem o grupo de imobilizado. A despesa de depreciação é registrada contra o resultado do exercício de acordo com sua estimativa de vida útil. A depreciação dos itens inicia-se a partir do momento em que os ativos estão instalados e prontos para uso. As vidas úteis e os valores residuais dos ativos são revisados anualmente.

#### ii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados. Valor residual de um ativo é o valor que a Cooperativa obterá com a venda do ativo depois de deduzir as despesas de vendas.

A depreciação é reconhecida no resultado, a partir da data em que os ativos estão disponíveis para uso, baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A vida útil remanescente dos bens do ativo imobilizado foi revisada prospectivamente no ano de 2020 por empresa especializada. Em conformidade com o laudo emitido, as médias de depreciação das principais classes de ativo imobilizado estão descritas abaixo:

	Taxa média de depreciação	
	2020	2019
Edificações.....	2,21%	2,00%
Máquinas e equipamentos.....	10,54%	16,59%
Equipamentos de computação.....	21,34%	17,86%
Instalações.....	7,85%	7,03%
Móveis e utensílios.....	9,54%	10,38%
Veículos.....	13,43%	13,09%
Benefitorias em imóveis de terceiros.....	10,33%	14,82%

### 2.8. Intangível

Os ativos intangíveis são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas e valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

A vida útil remanescente dos bens do intangível foi revisada, prospectivamente, no ano de 2020 por empresa especializada. Em conformidade com o laudo emitido, a amortização do ativo intangível corresponde a:

	Taxa média de depreciação	
	2020	2019
Software.....	26,16%	18,75%
Marca Hospital Infantil São Camilo.....	5,00%	5,00%
Acordo de não competitividade.....	20,00%	20,00%
Carteira de clientes.....	20,00%	20,00%

### 2.9. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando esse for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda.

Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

### 2.10. Tributação

#### 2.10.1. Impostos sobre contraprestações

O PIS e a COFINS são calculados pelas alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente, com base no critério cumulativo, para os atos principais, auxiliares e não cooperativos, deduzindo-se as correspondências cedidas, a parcela das contraprestações pecuniárias destinada à constituição de provisões técnicas e o valor referente às indenizações correspondentes aos eventos ocorridos, efetivamente pagos, deduzidos das importâncias recebidas a título de transferência de responsabilidades, conforme determina a legislação fiscal. Os valores apurados em relação ao ato cooperativo estão sendo questionados judicialmente. Dessa maneira, os montantes devidos são depositados mensalmente em juízo e estão devidamente provisionados no passivo.

O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) é calculado à alíquota de 3% sobre o faturamento. Nos termos da legislação, a Cooperativa está autorizada a deduzir da base de cálculo do ISSQN o valor recebido de terceiros e repassado a seus cooperados e a credenciados para a prática de ato cooperativo auxiliar, a título de remuneração pela prestação dos serviços, conforme Lei Municipal nº 8.725/03.

#### 2.10.2. Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação sobre o resultado contábil dos atos auxiliares e não cooperativos, ajustado pelas adições e exclusões definidas na legislação fiscal, compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os resultados que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é calculada à alíquota de 9%, reconhecida pelo regime de competência. As incluídas ao resultado de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas na apuração do resultado tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou os valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

#### 2.10.3. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias na data do balanço, considerando as diferenças entre as bases fiscais e contábeis de ativos e passivos. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis serão gerados para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos não registrados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto que foram promulgadas na data do balanço.

### 2.11. Instrumentos financeiros

#### 2.11.1. Ativos financeiros

A Cooperativa classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

##### a) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

##### b) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos, com vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Cooperativa tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e as taxas ou os custos incorridos. A amortização dos juros efetivos é incluída na rubrica “Receitas financeiras”, na demonstração do resultado.

##### c) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Cooperativa compreendem contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

A Cooperativa avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*).

#### 2.11.2. Passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como empréstimos e financiamentos, ou contas a pagar, conforme o caso. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. A mensuração subsequente dos passivos financeiros de acordo com sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

##### a) Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

#### 2.12. Apuração de resultado

São classificadas como “Contraprestações efetivas de planos de assistência à saúde”, o resultado líquido dos ingressos (receitas), acrescidas das receitas de transferências de responsabilidades (intercâmbio) e deduzidas as variações das provisões técnicas, os abatimentos, cancelamentos e restituições, registrados por período de implantação do plano, natureza jurídica da contratação, modalidade da cobertura e classificados de acordo com os atos cooperativos principais, auxiliares e não cooperativos.

As receitas com as contraprestações de operações de assistência à saúde são reconhecidas na demonstração do resultado pelo respectivo período de cobertura contratual, respeitando o princípio da competência dos exercícios.

As despesas de comissões são reconhecidas na demonstração de resultado em consonância com as receitas correspondentes.

As despesas com intercâmbios (serviços prestados por outras Unimed) são reconhecidas no momento em que avisadas pelas prestadoras.

As demais receitas e despesas são reconhecidas na demonstração de resultado observando o regime de competência dos exercícios.

#### 2.13. Atos cooperativos e não cooperativos

Os Atos Cooperativos são aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados, e pelas cooperativas entre si quando associadas, para a consecução dos objetivos sociais, correspondendo ao valor dos serviços efetivamente realizados pelos cooperados, conforme definido no artigo 79 da Lei nº 5.764/71.

Os Atos Auxiliares são aqueles que auxiliam o médico cooperado na sua prestação de serviços. Correspondem à utilização de hospitais, clínicas e laboratórios, e, sem essa estrutura, não se poderia praticar a medicina.

Os Atos Não Cooperativos são aqueles que não têm relação com os médicos cooperados, alheios ao propósito principal da Cooperativa. Como exemplo, cita-se a assistência odontológica, na qual nenhum dentista é cooperado da Unimed-BH e também os dispêndios com médicos não cooperados no atendimento de urgência e emergência em pronto-socorro hospitalar.

Os critérios de alocação dos dispêndios e das despesas gerais, bem como o faturamento e as demais receitas operacionais com atos cooperativos e não cooperativos, são como se segue:

Os custos diretos (eventos indenizáveis líquidos) da Cooperativa são identificados por ato cooperativo e ato não cooperativo.

O faturamento em coparticipação e custo operacional são classificados em ato cooperativo e não cooperativo, de acordo com o evento ocorrido. Para o faturamento na modalidade de pré-pagamento, é efetuado um rateio proporcional ao custo direto dessa modalidade.

As despesas e as demais receitas indiretas são segregadas proporcionalmente ao faturamento apurado para o ato cooperativo e não cooperativo, desde que não seja possível separar objetivamente o que pertence a cada espécie de despesa ou receita.

#### 2.14. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Cooperativa concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não efetuou nenhum ajuste a valor presente dos ativos e passivos.

#### 2.15. Informações por segmento

Em função da concentração de suas atividades no desenvolvimento e na prestação de serviços de operadora de plano de saúde e assistência médico e hospitalar, a Cooperativa está organizada em uma única unidade de negócio. Os serviços prestados pela Cooperativa, embora destinados a diversos segmentos de negócios da economia dos seus clientes, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes. Dessa maneira, os resultados da Cooperativa são acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

#### 2.16. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Cooperativa não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e também não planeja adotar essas normas de forma antecipada, com exceção da PEONA SUS conforme descrito abaixo.

#### Resoluções normativas da ANS

RN 442/2018 - Altera a Resolução Normativa - RN 393, de 9 de dezembro de 2015, que dispõe sobre os critérios de constituição de Provisões Técnicas a serem observados pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde. Inclui a Provisão para Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados ocorridos no SUS - PEONA SUS e Provisão para Insuficiência de Contraprestação/Prêmio - PIC.

Ambas as provisões inicialmente com a previsão de facilidade de constituição escalonada a partir de janeiro de 2020, conforme artigos 20-A e 20-B da norma consolidada. Porém, face ao contexto de emergência de saúde de importância internacional decorrente do surto de coronavírus (COVID-19) em 2020, as medidas de enfrentamento definidas pela ANS foram postergadas às exigências de PEONA SUS e PIC para início em 2021, alterando os prazos constante dos artigos 20- A e 20-B da RN 393, de 2015, com base na avaliação inicial constante da Nota Técnica nº 5/2020/DIOPE (16449119 no Processo nº 33910.007002/2020-78).

A Cooperativa declina da opção de constituição gradual da PEONA SUS, permitida apenas a partir de 1º de janeiro de 2020, e, dada a possibilidade de constituição integral até 1º de janeiro de 2020, decidiu pela contabilização do montante total apurado conforme metodologia padronizada ANS em 31/12/2019.

Em relação à Provisão para Insuficiência de Contraprestação/Prêmio - PIC, em conformidade com a metodologia regulatória, não foi apurado valor a ser constituído.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu os seguintes pronunciamentos:

CPC 06 (R-2) - Operações de Arrendamento Mercantil - Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS 16; CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente - Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS 15; CPC 48 - Instrumentos Financeiros - Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS 9;

Em conformidade com o Ofício-Circular nº 1/2017/GGAME/DIRAD-DIOPE/DIOPE da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), as operadoras de planos de saúde devem continuar aplicando as normas vigentes, até que a ANS se manifeste sobre a aplicação dos referidos CPCs.

#### 3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Cooperativa requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Cooperativa, a Administração fez os seguintes julgamentos, que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

##### 3.1. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Cooperativa ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhoraria a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

##### 3.2. Vida útil e valor residual dos bens do ativo imobilizado e intangível

Conforme descrito nas Notas Explicativas nº 2.7 e 2.8, a depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens. A vida útil é baseada em laudos de consultores externos que são revisados regularmente. A vida útil e os valores residuais estão corretamente avaliados e apresentados nas demonstrações financeiras.

##### 3.3. Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dada a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada.

A Cooperativa constitui provisões, com base em estimativas baseadas em vários fatores, para possíveis consequências de auditorias por parte das Autoridades Fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em dados, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela Autoridade Fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Cooperativa.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e no nível de lucros tributáveis futuros, com estratégias de planejamento fiscal futuras.

##### 3.4. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Cooperativa espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

O lançamento contábil referente a provisões é efetuado pela essência da operação, o fato de a Operadora ter que liquidar uma obrigação, amigável ou judicialmente, não altera o registro contábil no resultado das operadoras, esse conceito é o que preconiza a aplicação da essência econômica sobre a forma jurídica.

A Cooperativa reconhece provisão técnica para: Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA), Benefício de remissão concedido e Benefício de remissão a conceder, sendo essa última classificada como “Outras provisões técnicas”. Essas provisões referem-se a estimativas atuariais para fazer frente ao pagamento dos eventos ocorridos e que não tenham sido registrados contabilmente e para garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações. O cálculo dessas provisões deve ser apurado conforme metodologia definida por atuário legalmente habilitado, em Nota Técnica Atuária de Provisão (NTAP) devidamente aprovada pela DIOPE/ANS.

##### a) Provisões técnicas para benefícios de remissão concedido

A Resolução Normativa nº 393/15 determina a constituição da provisão de benefícios de remissão concedido para garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações referentes à cobertura de assistência à saúde, quando existentes. Entende-se por remissão o fato de os beneficiários ficarem isentos do pagamento das contraprestações, por um prazo predeterminado, em função da ocorrência do evento gerador conforme definido em contrato.

##### b) Provisões de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)

Conforme disposto na Resolução Normativa nº 393/15, a Cooperativa deve constituir mensalmente PEONA, estimada atuariamente para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente.

A PEONA é estimada com base em triângulos de *run-off* mensais, partindo do pressuposto de que os avisos referentes a eventos ocorridos nos últimos 12 meses se desenvolverão de forma similar àquela observada em períodos de ocorrência anteriores.

##### c) Provisão para Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados ocorridos no SUS - PEONA SUS

Referente à estimativa do montante de eventos originados no Sistema Único de Saúde (SUS), que tenham ocorrido e que não tenham sido avisados à Operadora. Prevê o artigo 4º da RN 393/2015, após alterações produzidas pela RN 442/2018, que a referida provisão técnica inserida pelo inciso II-A deve ser apurada conforme metodologia atuarial definida por atuário legalmente habilitado e descrita em NTAP. Porém, faculta para as operadoras que não possuam metodologia atuarial própria, no artigo 12-B, da RN 393/2015, a possibilidade de cálculo da PEONA SUS nos moldes do Anexo VIII desta mesma RN - Bases técnicas para o cálculo da PEONA SUS por operadoras que não possuem metodologia atuarial própria. A Cooperativa, neste primeiro momento, optou pela metodologia padrão proposta pela ANS, e posteriormente estudará métodos próprios, a serem apresentados à ANS quando oportuno.

##### d) Ressarcimento ao SUS

O ressarcimento ao SUS, criado pelo artigo 32 da Lei nº 9.656/1998 e regulamentado pelas normas da ANS é a obrigação legal das operadoras de planos privados de assistência à saúde de restituir as despesas do Sistema Único de Saúde no eventual atendimento de seus beneficiários que estejam cobertos pelos respectivos planos.

##### e) Eventos a liquidar de operações de assistência à saúde

# Unimed Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Esses critérios de classificação da estimativa da probabilidade de perda são igualmente utilizados em relação às multas administrativas aplicadas pela ANS que estejam sendo discutidas judicialmente e garantidas através de depósito integral do valor reputado indevido em razão da ilegalidade da aplicação da penalidade.

Quando uma entidade está sujeita à obrigação legal, é improvável que essa obrigação não seja reconhecida nas demonstrações contábeis. Uma obrigação originada em lei só poderá ser tratada como remota ou possível se houver um fato específico que suporte esse julgamento, por exemplo, uma jurisprudência pacificada.

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa .....	64	66
Depósitos à vista e aplicações de liquidez imediata .....	135.717	137.805
Total do disponível (caixa e equivalentes de caixa).....	135.781	137.871

As disponibilidades são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins. O "Caixa e equivalentes de caixa" são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* AA+, em escala nacional com base na agência de rating (Standard & Poor's) remunerados através de fundos referenciados DI com remuneração média de 67,23% do CDI (97% em 2019), correspondente a 2,77% (5,97% em 2019). No mês de dezembro de 2020 já tivemos uma recuperação destes ativos apresentando uma rentabilidade média de 203,55% do CDI.

A RN 435/2018 determina que as aplicações financeiras devem ser destacadas, independentemente de apresentarem as características definidas pelas práticas brasileiras de contabilidade para enquadramento em "Caixa e equivalente de caixa", quais sejam: prazo de vencimento de até 90 dias, alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e visam a atender a compromissos de curto prazo.

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Circulante</b>		
Cotas de fundos de investimentos de renda fixa (a).....	542.490	426.155
Cotas de fundos de investimentos de renda fixa - Garantidor (a) (d) .....	53.876	52.789
Certificados de Depósito Bancário (CDBs) - Livre (a).....	219.308	57.284
Certificados de Depósito Bancário (CDBs) - Garantidor (a) (d) .....	20.079	3.205
Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE).....	118.932	77.322
Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE/LF) - Garantidor (d).....	6.092	105.881
Letras Financeiras do Tesouro (LFT - LTN) - Garantidor (c) (d) .....	-	81.120
	960.777	803.756
<b>Não circulante (b)</b>		
Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE).....	82.683	72.163
Depósito a prazo com garantia especial (DPGE/LF) Garantidor (d).....	35.396	-
Certificados de Depósito Bancário (CDBs).....	27.626	15.318
Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE) - Custodiado (d).....	101.248	102.263
Certificados de Depósito Bancário (CDBs) - Custodiado (a) (d) .....	65.321	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFT - LTN) - Custodiado (c) (d) .....	58.528	115.360
Depósito a prazo com garantia especial (DPGE/LF) Garantidor (d).....	125.418	-
Cotas de Fundos de Investimentos de Renda Fixa (FIDC) - Custodiado (b) (d).....	244.776	204.613
	740.996	509.717
Total do circulante e não circulante .....	1.701.773	1.313.473
<b>Indicadores:</b>		
SELIC .....	2,77%	5,97%
CDI .....	2,77%	5,97%

(a) As cotas de fundos de investimentos de renda fixa e os Certificados de Depósitos Bancários possuem remuneração vinculada à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs). Inexiste na carteira da Cooperativa aplicações em fundos exclusivos.  
(b) Os FIDCs referem-se a Fundos de Investimentos de Direitos Creditórios. Em 31 de dezembro de 2020, a carteira da cooperativa possui em sua composição os seguintes FIDCs: Empírica Sifra Star e BVA Master, possuindo rentabilidade média anual de 183,66%. O mês de dezembro de 2020 já reflete uma recuperação destes ativos apresentando uma rentabilidade média de 302,18% (147,64% em 2019), da variação do CDI.  
(c) As LFTs e LTNs possuem rentabilidade média anual de 224,67% (2020) da variação da SELIC.  
(d) Em cumprimento à RN 393/15 da ANS, a Operadora mantém os respectivos títulos e valores mobiliários registrados como ativos garantidores das provisões técnicas, que representam garantias nos montantes totais de R\$ 710.734 (R\$ 665.231 em 2019), do total provisões técnicas de R\$ 843.228 (R\$ 814.467 em 2019), conforme NE 14 e.

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos do saldo de aplicações financeiras, incluindo período de vencimento e os seus níveis na hierarquia do valor justo:

Título	2020						Valor justo	Nível de hierarquia
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor contábil		
<b>Valor justo por meio do resultado.....</b>	<b>895.475</b>	-	-	-	-	<b>895.475</b>	<b>896.422</b>	
Cotas de fundos de investimentos de renda fixa (a).....	542.490	-	-	-	-	542.490	542.490	1
Cotas de Fundos de Investimentos de Renda Fixa (FIDC) - Custodiado (b) (d).....	244.776	-	-	-	-	244.776	244.776	1
Cotas de Fundos Investimentos de Renda Fixa - Garantidor (a) (d).....	53.876	-	-	-	-	53.876	53.876	1
Certificados Depósito Bancário (CDBs) - Livre (a).....	54.333	-	-	-	-	54.333	55.280	2
<b>Títulos mantidos até o vencimento .....</b>	<b>134.117</b>	<b>334.598</b>	<b>337.583</b>	-	-	<b>806.298</b>	<b>806.298</b>	
Certificados depósito bancário (CDB) - Livre (a).....	30.330	134.645	27.626	-	-	192.601	192.601	2
Certificados depósito bancário (CDB) Garantidor (a) (d).....	20.079	-	-	-	-	20.079	20.079	2
Certificados depósito bancário (CDB) Custodiado (a) (d).....	61.255	-	4.066	-	-	65.321	65.321	2
Deposito a prazo com garantia especial (DPGE).....	16.361	102.571	82.683	-	-	201.615	201.615	2
Deposito a prazo com garantia especial (DPGE) custodiado (d).....	-	70.891	30.357	-	-	101.248	101.248	2
Depósito a prazo com garantia especial (DPGE/LF) Garantidor (d).....	6.092	-	35.396	-	-	41.488	41.488	2
Letras Financeiras do Tesouro (LFT - LTN) Custodiado (c)(d).....	-	26.491	32.037	-	-	58.528	58.528	2
Letras Financeiras do Tesouro (LFT - LTN) Garantidor (c)(d).....	-	-	125.418	-	-	125.418	125.418	2
<b>Total geral .....</b>	<b>1.029.592</b>	<b>334.598</b>	<b>337.583</b>	-	-	<b>895.475</b>	<b>1.702.720</b>	
			<b>Total do circulante.....</b>			<b>895.475</b>		
			<b>Total do não circulante.....</b>			<b>806.298</b>		

Título	2019						Valor justo	Nível de hierarquia
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor contábil		
<b>Valor justo por meio do resultado.....</b>	<b>720.069</b>	-	-	-	-	<b>720.069</b>	<b>720.069</b>	
Cotas de Fundos Investimentos de Renda Fixa (a).....	426.155	-	-	-	-	426.155	426.155	1
Cotas de Fundos Investimentos de Renda Fixa (FIDC) - Custodiado (b) (d).....	204.613	-	-	-	-	204.613	204.613	1
Cotas de Fundos Investimentos de Renda Fixa - Garantidor (a) (d).....	52.789	-	-	-	-	52.789	52.789	1
Certificados Depósito Bancário (CDBs) - Livre (a).....	36.512	-	-	-	-	36.512	36.512	2
<b>Títulos mantidos até o vencimento .....</b>	<b>126.941</b>	<b>283.842</b>	<b>182.579</b>	<b>42</b>	-	<b>593.404</b>	<b>593.404</b>	
Certificados Depósito Bancário (CDB).....	-	-	15.276	42	-	15.318	15.318	2
Certificados Depósito Bancário (CDBs) - Livre (a).....	4.217	16.555	-	-	-	20.772	20.773	2
Certificados Depósito Bancário (CDBs) - Garantidor (a) (d).....	-	3.205	-	-	-	3.205	3.205	2
Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE).....	5.527	71.796	72.162	-	-	149.485	149.485	2
Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE) - Custodiado (d).....	-	33.001	69.262	-	-	102.263	102.263	2
Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE/LF) - Garantidor (d).....	65.965	39.916	-	-	-	105.881	105.881	2
Letras Financeiras do Tesouro (LFT - LTN) - Custodiado (c) (d).....	45.683	43.798	25.879	-	-	115.360	115.360	2
Letras Financeiras do Tesouro (LFT - LTN) - Garantidor (c) (d).....	5.549	75.571	-	-	-	81.120	81.120	2
<b>Total geral .....</b>	<b>847.010</b>	<b>283.842</b>	<b>182.579</b>	<b>42</b>	-	<b>1.313.473</b>	<b>1.313.473</b>	

As informações sobre a exposição da Cooperativa a riscos e de metodologia de mensuração do valor justo estão incluídas na Nota Explicativa nº 25.

	31/12/2020	31/12/2019
Contraprestação pecuniária a receber .....	77.203	89.520
(-) Provisão para perdas sobre créditos (a) .....	(4.286)	(10.096)
	72.917	79.424
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde		
Participação dos beneficiários em eventos indenizados (b).....	53.038	53.259
(-) Provisão para perdas sobre créditos (a) .....	(516)	(1.644)
	52.522	51.615
Operadoras de planos de assistência à saúde .....	49.711	67.015
(-) Provisão para perdas sobre créditos (a) .....	(409)	(2.262)
	49.302	64.753
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde (c).....	72.154	-
	246.895	195.792

(a) O montante constituído é considerado pela Administração como suficiente para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos de operações com planos de assistência à saúde. A provisão é constituída conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.5.  
(b) As contraprestações efetivas são apropriadas à receita no mês de competência, considerando-se o período de cobertura do risco, quando se tratar de contratos com preços preestabelecidos.  
(c) Referente à suspensão da aplicação das parcelas dos reajustes de planos de saúde, as quais não foram aplicadas para fins de cobrança ao beneficiário naquele exercício, mas emitidas em cumprimento ao regime de competência, o detalhamento e abertura da receita destes valores estão sendo apresentados na Nota Explicativa nº 20.

O detalhamento da idade dos principais títulos que compõem os créditos de operações com planos de assistência à saúde é o seguinte:

	Vencidos 2020				
	A vencer	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Contraprestação pecuniária a receber .....	45.221	19.672	8.869	929	2.512
Participação dos beneficiários.....	50.704	1.472	505	122	235
Operadoras de planos de assistência à saúde .....	39.198	7.701	2.812	-	-
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde .....	72.154	-	-	-	-
	207.277	28.845	12.186	1.051	2.747
	Vencidos 2019				
	A vencer	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Contraprestação pecuniária a receber .....	43.470	26.803	12.402	1.808	5.037
Participação dos beneficiários.....	48.922	2.347	1.098	232	660
Operadoras de planos de assistência à saúde .....	44.533	14.074	7.662	389	357
	136.925	43.224	21.162	2.429	6.054

A movimentação da provisão para perdas sobre créditos é como se segue:

	31/12/2019	Adição	(Reversão)	31/12/2020
<b>Saldo inicial</b>				<b>Saldo final</b>
Contraprestação pecuniária a receber .....	10.096	60.510	(66.320)	4.286
Participação dos beneficiários.....	1.644	7.700	(8.828)	516
Operadoras de planos de assistência à saúde .....	2.262	44.225	(46.078)	409
	14.002	112.435	(121.226)	5.211
	31/12/2018	Adição	(Reversão)	31/12/2019
<b>Saldo inicial</b>				<b>Saldo final</b>
Contraprestação pecuniária a receber .....	12.968	103.852	(106.724)	10.096
Participação dos beneficiários.....	1.858	14.141	(14.355)	1.644
Operadoras de planos de assistência à saúde .....	4.822	6.670	(9.230)	2.262
	19.648	124.663	(130.309)	14.002

As informações sobre a exposição da Cooperativa a riscos e de metodologia de mensuração do valor justo estão incluídas na Nota Explicativa nº 25.

	31/12/2020	31/12/2019
Intercâmbio a receber.....	28.267	30.882
(-) Provisão para perdas sobre créditos (a) .....	(60)	(1.106)
Operadoras de planos e assistência à saúde .....	28.207	29.776
Contas a receber.....	24.563	23.086
(-) Provisão para perdas sobre créditos (a) .....	(2.053)	(5.907)
Outros créditos operacionais de Plano de Saúde da Operadora (PSO).....	22.510	17.179
Outros créditos operac. prestação de SMH (Serviço Médico Hospitalar).....	1.272	1.325
(-) Provisão para perdas sobre créditos (a) .....	(11)	(8)
Outros créditos operac. prestação de SMH.....	1.261	1.317
Total .....	51.978	48.272

(a) O montante total de provisão para perdas, no valor de R\$ 2.124 (R\$ 7.021 em 2019), é considerado pela Administração como suficiente para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos de operações com outras operadoras ou com créditos a receber de prestação de serviços de assistência médico-hospitalar. A provisão é constituída conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.5.

A variação da conta de "Provisão para perdas sobre créditos relacionadas ao intercâmbio" ocorreu em função das regras vigentes no qual a totalidade do contrato é provisionado na existência de pelo menos uma parcela em aberto há mais de 90 dias.

O detalhamento da idade dos principais títulos que compõem os créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com o plano de saúde da Operadora é o seguinte:

	Vencidos 2020				
	A vencer	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Operadoras de planos de assistência à saúde .....	27.558	646	63	-	-
Outros créditos operacionais de PSO.....	21.241	1.033	480	358	1.451
Outros créditos operac. prestação de SMH.....	960	203	20	85	4
	49.759	1.882	563	443	1.455
	Vencidos 2019				
	A vencer	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Operadoras de planos de assistência à saúde.....	27.840	1.964	489	256	333
Outros créditos operacionais de PSO.....	14.453	1.512	912	421	5.788
Outros créditos operac. prestação de SMH.....	1.214	69	35	2	5
	43.507	3.545	1.436	679	6.126

A movimentação da provisão para perdas sobre créditos é como se segue:

	31/12/2019	Adição	(Reversão)	31/12/2020
<b>Saldo inicial</b>				<b>Saldo final</b>
Operadoras de planos de assistência à saúde .....	1.106	8.391	(9.437)	60
Outros créditos operacionais de PSO.....	5.907	24.362	(28.216)	2.053
Outros créditos operac. prestação de SMH.....	8	233	(230)	11
	7.021	32.986	(37.883)	2.124

	Vencidos 2019				
	A vencer	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Operadoras de planos de assistência à saúde.....	1.832	19.023	(19.749)		1.106
Outros créditos operacionais de PSO.....	9.878	32.808	(36.779)		5.907
Outros créditos operac. prestação de SMH.....	65	511	(568)		8
	11.775	52.342	(57.096)		7.021

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Circulante</b>		
Imposto de renda a compensar (a).....	21.216	38.279
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido a compensar (a).....	85	5.526
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) (b).....	3.824	7.846
Crédito com Imposto Sobre Serviços (ISS) (b).....	2.998	3.031
Outros créditos tributários.....	1.057	3.330
Total circulante.....	29.180	58.012
<b>Não circulante</b>		
Crédito PIS e COFINS.....	534	534

# Unimed Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico

Unimed  
Belo Horizonte

5/7

ANS - nº 34.388-9

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

(d) Em 2020 houve aumento do investimento referente a incorporação de sobras e juros sobre capital no valor de R\$ 3.703 (R\$ 6.067 em 2019).  
A tabela a seguir apresenta um resumo das informações financeiras do investimento na Unimed:

	31/12/2020		
	Unimed Participações S/A (b)	UNIO Soluções em Tecnologia Ltda. (a)	Unimed Seguradora S.A. (c)
<b>Parcela do balanço da Coligada</b>			
Ativo circulante.....	22.357	1.203	1.860.389
Ativo não circulante.....	1.305.442	45.938	1.609.128
Passivo circulante.....	14.141	953	344.261
Passivo não circulante.....	70	-	1.578.119
Patrimônio líquido.....	1.313.588	46.188	1.547.137
Parcela de receita e lucro da coligada			
Receita.....	195.559	5.193	530.336
Lucro líquido.....	181.191	(190)	213.287
Valor contábil do investimento.....	195.401	9.276	30.168
Equivalência patrimonial.....	36.166	36	4.472

	31/12/2019		
	Unimed Participações S/A (b)	UNIO Soluções em Tecnologia Ltda. (a)	Unimed Seguradora S.A. (c)
<b>Parcela do balanço da Coligada</b>			
Ativo circulante.....	23.032	1.261	1.664.053
Ativo não circulante.....	1.093.241	37.054	1.416.939
Passivo circulante.....	9.334	789	312.506
Passivo não circulante.....	65	-	1.431.989
Patrimônio líquido.....	1.106.875	37.526	1.336.497
Parcela de receita e lucro da coligada			
Receita.....	130.468	4.412	582.572
Lucro líquido.....	121.904	478	208.915
Valor contábil do investimento.....	159.235	7.505	25.696
Equivalência patrimonial.....	22.663	(27)	4.017
Outros resultados (ato não cooperativo).....	-	-	6.187

Tabela de movimentação do grupo de investimento:

	31/12/2019					31/12/2020
	Saldo inicial	Adições	Baixas	MEP	Provisão para perda	
<b>Participações societárias pelo método de equivalência patrimonial</b>						
UNIO Soluções em Tecnologia (a).....	7.506	1.734	-	36	-	9.276
Unimed Participações S/C Ltda. (b).....	159.235	-	-	36.166	-	195.401
Unimed Seguradora S.A. (c).....	25.696	-	-	4.472	-	30.168
	192.437	1.734	-	40.674	-	234.845

	31/12/2019					31/12/2020
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Equalização sobras/juros	Provisão para perda	
<b>Investimentos registrados a custo</b>						
Central Nacional Unimed (d).....	6.361	-	-	648	-	7.009
Unimed Odonto.....	5.946	-	-	5.946	-	5.946
Federação Interf. das Coop. de Trabalho Médico (d).....	13.146	564	-	2.994	-	16.704
Credicom Ltda. (d).....	5.986	-	(120)	-	-	5.866
Outros investimentos (d).....	1.056	6.331	(1.280)	61	(5.051)	1.117
	32.495	6.895	(1.400)	3.703	(5.051)	36.642

	31/12/2019					31/12/2020
	Saldo inicial	Adições	Baixas	MEP	Provisão para perda	
<b>Participações societárias pelo método de equivalência patrimonial</b>						
UNIO Soluções em Tecnologia (a).....	15.529	-	(7.996)	(27)	-	7.506
Unimed Participações S/C Ltda. (b).....	127.406	9.166	-	22.663	-	159.235
Unimed Seguradora S.A. (c).....	-	-	-	10.204	-	15.492
	142.935	9.166	(7.996)	32.840	-	192.437

	31/12/2018					31/12/2019
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Equalização sobras/juros	Provisão para perda	
<b>Investimentos registrados a custo</b>						
Central Nacional Unimed (d).....	3.933	-	-	2.428	-	6.361
Unimed Seguradora S.A. (c).....	15.492	-	-	-	(15.492)	-
Unimed Odonto.....	5.946	-	-	-	-	5.946
Federação Interfederativa das Coop. de Trabalho Médico (d).....	9.941	642	-	2.563	-	13.146
Credicom Ltda. (d).....	4.969	-	-	1.017	-	5.986
Outros investimentos (d).....	1.297	13.031	-	59	(13.331)	1.056
	41.578	13.673	-	6.067	(13.331)	32.495

Correspondem a imóveis destinados à renda:

	Imóveis destinados à renda		2020	2019
<b>Custo de aquisição</b>				
Terrenos à renda.....			10.078	10.078
Edificações à renda.....			20.226	20.226
<b>(-) Depreciação acumulada</b>				
(-) Depreciação edificações à renda.....			(9.196)	(8.585)
			21.108	21.719

Movimentação do grupo "Imóveis destinado à renda":

	31/12/2019				31/12/2020
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final	
<b>Imóveis destinados à renda</b>					
Terrenos à renda.....	10.078	-	-	-	10.078
Edificações à renda.....	20.226	-	-	-	20.226
(-) Depreciação edificações à renda.....	(8.585)	-	(611)	-	(9.196)
	21.719	-	(611)	-	21.108

Conforme determinação do órgão regulador, no qual veda as operadoras de planos privados de assistência à saúde modificar o custo de aquisição do seu Ativo Imobilizado, bem como das "Propriedades para investimento", os valores destes bens são mantidos a custo de aquisição.

Os valores das receitas de aluguel relacionadas aos imóveis destinados à renda correspondem a R\$ 5.012 (R\$ 5.230 em 2019).

O valor justo destes bens, avaliado por empresa especializada em conformidade com laudo emitido em outubro de 2019, compreendem à soma de R\$ 80.793.

## 12. Imobilizado

	31/12/2020			31/12/2019		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terrenos.....	207.665	-	207.665	207.665	-	207.665
Edificações.....	660.230	(79.784)	580.446	660.230	(79.784)	580.446
Máquinas e equipamentos.....	136.533	(53.431)	83.102	136.533	(53.431)	83.102
Equipamentos de computação.....	34.553	(21.239)	13.314	34.553	(21.239)	13.314
Instalações.....	27.991	(8.094)	19.897	27.991	(8.094)	19.897
Móveis e utensílios.....	27.809	(10.971)	16.838	27.809	(10.971)	16.838
Veículos.....	5.119	(2.063)	3.056	5.119	(2.063)	3.056
Benfeitorias em imóveis de terceiros.....	1.905	(477)	1.428	1.905	(477)	1.428
Imobilizado em construção.....	1.232	-	1.232	1.232	-	1.232
	1.103.037	(176.059)	926.978	1.103.037	(176.059)	926.978

Demonstramos a seguir a movimentação dos saldos relativos ao ativo imobilizado no exercício de 2020 e 2019:

	31/12/2019					31/12/2020
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferência	Outros	
Terrenos.....	207.665	-	-	-	-	207.665
Edificações.....	660.260	-	-	(30)	-	660.230
Máquinas e equipamentos.....	134.070	3.950	(1.530)	43	-	136.533
Equipamentos de computação.....	33.501	463	(3)	592	-	34.553
Instalações.....	27.632	359	-	-	-	27.991
Móveis e utensílios.....	28.055	133	(379)	-	-	27.809
Veículos.....	5.306	-	(361)	-	174	5.119
Benfeitorias em imóveis de terceiros.....	2.232	-	(327)	-	-	1.905
Imobilizado em construção.....	1.204	645	(12)	(605)	-	1.232
	1.099.925	5.550	(2.612)	-	174	1.103.037
Depreciação edificações.....	(66.460)	(13.324)	-	-	-	(79.784)
Depreciação máquinas e equipamentos.....	(43.832)	(10.908)	1.309	-	-	(53.431)
Depreciação equipamentos de computação.....	(17.221)	(4.020)	2	-	-	(21.239)
Depreciação instalações.....	(6.220)	(1.874)	-	-	-	(8.094)
Depreciação móveis e utensílios.....	(9.191)	(2.024)	244	-	-	(10.971)
Depreciação veículos.....	(1.900)	(482)	319	-	-	(2.063)
Depreciação benfeitorias em imóveis de terceiros.....	(564)	(201)	288	-	-	(477)
	(145.388)	(32.833)	2.162	-	-	(176.059)
	954.537	(27.283)	(450)	-	174	926.978

	31/12/2018				31/12/2019
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferência	
Terrenos.....	178.253	188	-	29.224	207.665
Edificações.....	493.157	-	-	167.103	660.260
Máquinas e equipamentos.....	88.670	38.444	(2.957)	9.913	134.070
Equipamentos de computação.....	29.037	5.359	(895)	-	33.501
Instalações.....	17.675	258	(160)	9.859	27.632
Móveis e utensílios.....	19.744	8.355	(482)	438	28.055
Veículos.....	5.991	590	(1.275)	-	5.306
Benfeitorias em imóveis de terceiros.....	1.232	1.000	-	-	2.232
Imobilizado em construção.....	192.416	27.454	(2.129)	(216.537)	1.204
	1.026.175	81.648	(7.898)	-	1.099.925
Depreciação edificações.....	(55.151)	(11.309)	-	-	(66.460)
Depreciação máquinas e equipamentos.....	(37.252)	(8.594)	2.014	-	(43.832)
Depreciação equipamentos de computação.....	(13.298)	(4.747)	824	-	(17.221)
Depreciação instalações.....	(5.197)	(1.060)	37	-	(6.220)
Depreciação móveis e utensílios.....	(7.862)	(1.744)	415	-	(9.191)
Depreciação veículos.....	(2.122)	(592)	814	-	(1.900)
Depreciação benfeitorias em imóveis de terceiros.....	(393)	(171)	-	-	(564)
	(121.275)	(28.217)	4.104	-	(145.388)
	904.900	53.431	(3.794)	-	954.537

## 13. Intangível

	2020			2019		
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Aquisição de carteiras de OPS.....	2.200	(587)	1.613	2.200	(587)	1.613
Software (a).....	98.920	(82.232)	16.688	98.920	(82.232)	16.688
Marca Hospital Infantil São Camilo.....	2.906	(580)	2.326	2.906	(580)	2.326
Acordo de não competitividade.....	2.032	(1.625)	407	2.032	(1.625)	407
Ágio sobre rentabilidade futura (goodwill) do Hospital Infantil São Camilo.....	19.750	-	19.750	19.750	-	19.750
	125.808	(85.024)	40.784	125.808	(85.024)	40.784

Demonstramos a seguir a movimentação dos saldos relativos ao ativo intangível no exercício de 2020 e 2019:

	2020				31/12/2020
	31/12/2019	Adições/transfêrencia	Baixas	Saldo final	
Aquisição de carteiras de OPS.....	2.200	-	-	-	2.200
Softwares (a).....	94.217	5.034	(331)	-	98.920
Marca - Hospital Infantil São Camilo.....	2.906	-	-	-	2.906
Acordo de não competitividade.....	2.032	-	-	-	2.032
Ágio sobre rentabilidade futura (goodwill) da aquisição do Hospital Infantil São Camilo.....	19.750	-	-	-	19.750
	121.105	5.034	(331)	-	125.808
Amortização aquisição da carteira.....	(147)	(440)	-	-	(587)
Amortização software.....	(74.817)	(7.415)	-	-	(82.232)
Amortização da marca Hospital Infantil São Camilo.....	(435)	(145)	-	-	(580)
Amortização do acordo de não competição.....	(1.219)	(406)	-	-	(1.625)
	(76.618)	(8.406)	-	-	(85.024)
	44.487	(3.372)	(331)	-	40.784

	2019				31/12/2019
	31/12/2018	Adições/transfêrencia	Baixas	Saldo final	
Aquisição de carteiras de OPS.....	-	2.200	-	-	2.200
Softwares.....	87.600	6.677	(60)	-	94.217
Marca - Hospital Infantil São Camilo.....	2.906	-	-	-	2.906
Acordo de não competitividade.....	2.032	-	-	-	2.032
Ágio sobre rentabilidade futura (goodwill) da aquisição do Hospital Infantil São Camilo.....	19.750	-	-	-	19.750
	112.288	8.877	(60)	-	121.105
Amortização aquisição da carteira.....	-	(147)	-	-	(147)
Amortização software.....	(66.639)	(8.178)	-	-	(74.817)
Amortização da marca Hospital Infantil São Camilo.....	(290)	(145)	-	-	(435)
Amortização do acordo de não competição.....	(812)	(407)	-	-	(1.219)
	(67.741)	(8.877)	-	-	(76.618)
	44.547	-	(60)	-	44.487

(a) As adições dos softwares estão relacionadas a projetos de desenvolvimento interno e licenças de uso em geral.

## 14. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão de benefícios de remissão concedido.....	28.542	27.807
Provisão de eventos a liquidar para SUS (c).....	198.196	191.737
Eventos ocorridos e não avisados PEONA - outros prestadores (a).....	86.643	92.643
Eventos ocorridos e não avisados PEONA - SUS (a).....	46.248	67.555
Eventos a liquidar (b).....	237.976	227.902
Outras provisões técnicas (d).....	245.623	206.823
Total (e).....	843.228	814.467
Total circulante.....	445.057	457.020
Total não circulante.....	398.171	357.447

a) Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados - Outros Prestadores (PEONA)

A prática contábil para constituição da PEONA está descrita na Nota Explicativa nº 3.4, itens "b" e "c".

b) Provisão de eventos a liquidar de operações com assistência à saúde

A provisão de eventos a liquidar, regulamentada pela RN 393/16, é constituída para fazer frente aos valores a pagar por eventos avisados até a data-base de cálculo, de acordo com a responsabilidade retida pela Operadora observados os seguintes critérios:

O registro contábil dos eventos a liquidar deverá ser realizado pelo valor integral cobrado pelo prestador ou apresentado pelo beneficiário, no primeiro momento da identificação da ocorrência da despesa médica, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas.

A identificação da ocorrência da despesa médica será entendida como qualquer tipo de comunicação estabelecida entre o prestador ou o beneficiário e a própria Operadora ou terceiro que preste serviço de intermediação de recebimento de contas médicas à Operadora que evidencie a realização de procedimento assistencial a beneficiário da Operadora.

c) Provisão de eventos a liquidar - SUS

A provisão do SUS, conforme artigo 32 da Lei nº 9656/98, trata do ressarcimento pelas operadoras de acordo com normas definidas pela ANS, os serviços de atendimento à saúde previstos nos respectivos contratos, prestados a seus consumidores e respectivos dependentes, em instituições públicas ou privadas, conveniadas ou contratadas, integrantes do Sistema Único de Saúde (SUS).

Em 30 de setembro de 2011, a ANS publicou a Instrução Normativa (IN) nº 5, que determinou a classificação integral dos montantes provisionados para esses eventos no passivo circulante, independentemente do prazo estimado de liquidação.

A partir de 2016, para os valores que estão garantidos por depósitos judiciais, os registros estão contabilizados como passivo não circulante, em conformidade com o Órgão Regulador. Os valores correspondentes a esses depósitos somam em 2020 a quantia de R\$ 156.192 (R\$ 153.408 em 2019).

Em 10/11/2020, foi assinado Protocolo de Intenções entre a Cooperativa, a Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e Procuradoria-Geral Federal - PGF, com a intenção de que ambas as partes adotem medidas, a fim de encerrar os processos em curso, referentes ao Ressarcimento ao SUS.

d) Outras provisões técnicas

A Provisão de benefícios de remissão a conceder, por ser não obrigatória, constitui o grupo "Outras provisões técnicas" e teve metodologia de cálculo, com contabilização imediata, aprovada pela ANS em 2017 de acordo com o Ofício nº 341/2017/COAOP/GEAOP/GGAME/ DIRAD-DIOPE/DIOPE.

e) Ativos garantidores das provisões técnicas

Por determinação da RN 392/15, foi solicitado à ANS o registro de vinculação de ativos para garantir as provisões técnicas e a custódia de títulos mobiliários, a seguir demonstrado:

	31/12/2020	31/1
--	------------	------

# Unimed Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico

Unimed  
Belo Horizonte

6/7

ANS - nº 34.388-9

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2020 não há saldo devedor para operação em função da quitação antecipada do contrato, realizada em 30 de setembro de 2020.

	Taxa média a.a.	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos e financiamentos			
BNDES .....	5,16%	-	46.230
Circulante .....		-	30.820
Não circulante .....		-	15.410
		-	46.230

### Cláusulas restritivas

O financiamento não possui cláusulas restritivas relacionadas ao cumprimento de índices econômico-financeiros *covenants*. No entanto, existiam determinadas condições não financeiras que são pré-requisitos para que a dívida não seja considerada integralmente vencida e exigível, em 31 de dezembro de 2020, a Cooperativa alcançou integralmente todas as seguintes cláusulas de *covenants* contratuais:

- Redução do quadro de pessoal da Cooperativa sem atendimento ao disposto no inciso V da cláusula décima quarta.
- A existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, pela Cooperativa, que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente.
- A constituição, sem prévia autorização do BNDES, de penhor ou gravame sobre os direitos dados em garantia ao BNDES de acordo com as cláusulas do contrato.
- Aplicação dos recursos concedidos pelo BNDES em finalidade diversa da prevista em contrato.
- Existência de desembolsos, na data da diplomação como Deputado(a) Federal ou Senador(a), de pessoa que tenha qualquer vínculo com a Cooperativa de modo que se possa identificar que a associação ou fundação é pessoa interposta do referido parlamentar, com fundamento no artigo 54, inciso I, alínea "a", da Constituição Federal.

As informações sobre a exposição da Cooperativa a riscos e de metodologia de mensuração do valor justo estão incluídas na Nota Explicativa nº 25.

### Contratos de fiança

A Cooperativa possui contratos de prestação de fiança em nome do fiador Sicoob Credicom - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos e Profissionais da Área de Saúde do Brasil Ltda., a fim de garantir principalmente Contratos de Prestação de Assistência Médica, que monta R\$ 20.615 (R\$ 14.657 em 2019).

### 17. Provisões judiciais

A Cooperativa registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para riscos tributários, trabalhistas e cíveis para as quais é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Cooperativa revisa suas estimativas e considera as provisões existentes suficientes para cobrir eventuais perdas relacionadas a esses processos. Abaixo demonstramos o montante das provisões constituídas e os respectivos montantes depositados em juízo:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão
<b>Processos com depósitos judiciais</b>				
COFINS sobre ato cooperativo (a) .....	202.226	199.181	180.065	177.019
PIS sobre ato cooperativo (a) .....	34.368	33.617	30.767	30.016
ISSQN .....	59.605	51.804	35.727	35.090
Taxa Suplementar de Saúde - ANS .....	55.958	29.249	49.714	24.045
Trabalhista (b) .....	8.501	37.863	8.658	38.401
SUS .....	156.192	-	153.408	-
Outros .....	14.331	92	13.487	92
	531.181	351.806	471.826	304.663
<b>Processos sem depósitos judiciais</b>				
PIS (a) .....	-	7.871	-	7.806
Cíveis .....	-	30.263	-	32.791
Outros .....	-	34.679	-	24.385
	-	72.813	-	64.982
	531.181	424.619	471.826	369.645

Demonstramos a seguir a movimentação dos saldos relativos aos depósitos judiciais e provisões para riscos no exercício de 2020:

	31/12/2019		31/12/2020	
	Depósitos judiciais	Adição	Baixa	31/12/2020
COFINS sobre ato cooperativo (a) .....	180.065	22.161	-	202.226
PIS sobre ato cooperativo (a) .....	30.767	3.601	-	34.368
ISSQN .....	35.727	23.878	-	59.605
Taxa Suplementar de Saúde - ANS .....	49.714	8.510	(2.266)	55.958
Trabalhista .....	8.658	1.616	(1.773)	8.501
SUS .....	153.408	2.784	-	156.192
Outros .....	13.487	1.913	(1.069)	14.331
	471.826	64.463	(5.108)	531.181

A Contrapartida do depósito judicial SUS está sendo mencionada na Nota 14 - Provisões técnicas de operações de assistência à saúde.

	31/12/2019		31/12/2020	
	Provisões judiciais	Adição	Baixa	31/12/2020
<b>Processos com depósitos judiciais</b>				
COFINS sobre ato cooperativo (a) .....	177.019	22.872	(710)	199.181
PIS sobre ato cooperativo (a) .....	30.016	3.717	(116)	33.617
ISSQN .....	35.090	21.210	(4.496)	51.804
Taxa Suplementar de Saúde - ANS .....	24.045	5.204	-	29.249
Trabalhista (b) .....	38.401	7.554	(8.092)	37.863
Outros .....	92	-	-	92
	304.663	60.557	(13.414)	351.806
<b>Processos sem depósitos judiciais</b>				
PIS (a) .....	7.806	65	-	7.871
Cíveis .....	32.791	1.624	(4.152)	30.263
Outros .....	24.385	25.409	(15.115)	34.679
	64.982	27.098	(19.267)	72.813
	369.645	87.655	(32.681)	424.619

As principais provisões constituídas estão abaixo listadas:

#### a) Fiscais

##### PIS e COFINS sobre ato cooperativo

A Receita Federal considera, para efeito da tributação do IR e da CSLL, que as sociedades cooperativas que obedecerem ao disposto na legislação específica não terão incidência desses tributos sobre suas atividades econômicas, de provêto comum, sem objetivo de lucro, mais especificamente sobre os atos cooperativos praticados, não sendo, a princípio, extensivo esse entendimento para o PIS e a COFINS. Foram impenhorados os Mandados de Segurança nº 1999.38.00.035821-3 (COFINS) e 1999.38.00.035820-0 (PIS) visando a suspender a exigibilidade desses dois tributos, quando da pretensão da Receita Federal em efetuar a tributação sobre o resultado do ato cooperativo principal. Os valores estão sendo depositados em juízo e devidamente provisionados pelo fato de serem considerados uma obrigação legal.

#### b) Trabalhistas

A principal provisão trabalhista constituída refere-se à ação interposta pelo Sindicato de BH, julgado procedente em 1ª instância, aguardando decisão do recurso no Tribunal Superior do Trabalho, cujo montante atualizado corresponde a R\$ 10.997 (R\$ 9.889 em 2019).

#### c) Processos avaliados com risco de perda possível

A Cooperativa responde por ações de natureza tributária, cível e trabalhista, cujo desfecho é considerado como perda possível e, assim, nenhuma provisão foi constituída. O montante total das ações classificadas como perda possível, objeto de atualização no exercício de 2020, monta R\$ 380.179 (R\$ 419.247 em 2019), correspondente a processos trabalhistas, cíveis e outros, avaliados como perda possível por nossos advogados correspondente a 11.838 pedidos (11.188 em 2019).

As obrigações legais estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, independente do julgamento da perda, uma obrigação originada em lei só poderá ser tratada como remota ou possível se houver um fato específico que suporte esse julgamento, por exemplo, uma jurisprudência pacificada.

#### d) Ativos contingentes

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Cooperativa não reconhece em seu balanço ativos contingentes. Conforme aquele pronunciamento, os ativos contingentes surgem normalmente de evento não planejado ou de outros não esperados que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado.

#### Lei Complementar nº 157/2016

Em razão da entrada em vigor da LC nº 157/2016 (que inseriu o inciso XXIII ao artigo 3º da LC nº 116/2003), o ISSQN deixou de ser devido no domicílio do prestador de serviços e passou a ser devido no domicílio do tomador de serviços, o que na prática significa que a Cooperativa deveria deixar de recolher o ISSQN somente para o município de Belo Horizonte e passaria a recolher para todos os municípios onde estão os seus tomadores de serviços.

Posteriormente, foi ajuizada a ADIN n. 5835 para questionar a constitucionalidade da alteração legislativa, oportunidade em que, em decisão publicada no dia 04/04/2018, o Supremo Tribunal Federal concedeu medida cautelar para suspender a eficácia do artigo 1º da Lei Complementar nº 157/2016 na parte que trata da modificação do artigo 3º, incisos XXIII, XXIV e XXV da LC nº 116/2003, bem como de todas as legislações locais editadas para dar-lhe execução.

Tendo em vista que as decisões proferidas na ADIN vinculam todos os contribuintes, o Legislativo e o Poder Judiciário, restou suspensa a eficácia da alteração promovida pelo artigo 1º da LC nº 157/2016, de forma que o ISSQN sobre o serviço prestado pela Cooperativa volta a ser devido no município de Belo Horizonte.

Considerando que a medida cautelar não é definitiva e a questão ainda será apreciada pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, como forma de se resguardar contra eventuais recolhimentos indevidos, a Cooperativa ajuizou seis ações e vem realizando os depósitos judiciais do ISSQN da parcela controversa, mantendo-se os recolhimentos ao município de Belo Horizonte da parte incontroversa, ou seja, o ISSQN decorrente dos serviços prestados aos tomadores que estão localizados em Belo Horizonte.

### 18. Patrimônio líquido

#### a) Capital social

O capital social pertencente a 5.436 cooperados (5.544 em 2019) é ilimitado quanto ao máximo, variando conforme o número de quotas-partes subscritas, não podendo, entretanto, ser inferior a R\$ 87, sendo dividido em quotas-partes de valor unitário igual de R\$ 10,00 (dez reais).

A quota-parte é indivisível, intransferível mesmo entre associados, não podendo ser negociada de modo algum, nem dada em garantia, e todo o seu movimento de subscrição, realização e reintituição será sempre escriturado no Livro de Matrícula.

Ao ser admitido na Cooperativa, o associado deverá subscrever, no mínimo, 8.693 quotas-partes no valor correspondente a R\$ 87, e não serão atribuídos juros ao capital social a integralizar.

#### Juros sobre o capital social

Na Assembleia Geral Extraordinária de 4 de dezembro de 2013, ficou estabelecido que a Cooperativa vai remunerar o capital social em 12%, incorporando o valor ao próprio capital social. No entanto, a Lei nº 5.764/71, no §3º, do artigo 24, veta as cooperativas distribuírem qualquer espécie de benefício às quotas-partes do capital ou estabelecer outras vantagens ou privilégios, financeiros ou não, em favor de quaisquer associados ou terceiros, excetuando-se os juros até o máximo de 12% (doze por cento) ao ano que incidirão sobre a parte integralizada. De acordo com a previsão estatutária, a Cooperativa poderá atribuir juros ao capital social integralizado, atendendo à legislação em vigor. Dessa forma, por deliberação da diretoria-executiva foram incorporados ao capital social 12% sobre as quotas-partes integralizadas no montante de R\$ 55.439 (R\$ 52.580 em 2019) através de juros sobre capital social.

Diferentemente das Sociedades Anônimas em relação aos Juros sobre o Capital Próprio, previstos no artigo 9º da Lei nº 9.249/95, calculados sobre o patrimônio líquido e que possui característica de dividendos, em que a CVM orienta a reversão do valor na última linha do resultado conforme deliberação CVM nº 207, de 13 de dezembro de 1996, não há previsão para reversão dos juros sobre o capital social das cooperativas, que por sua vez não têm a característica de pagamento de dividendos, uma vez que as sociedades cooperativas apenas são autorizadas a atualizarem o valor do capital social até o limite de 12% ao ano, mas não podem, de forma alguma, distribuir dividendos. Se, porventura, vierem a ter sobras, de acordo com o artigo 4º, inciso VII da Lei nº 5.764/71, as sobras líquidas do exercício deverão retornar, proporcionalmente, às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral.

Dessa forma, a Cooperativa registrou os juros sobre o capital social à conta de despesas financeiras e incorporou o valor líquido dos efeitos tributários à cota capital de cada cooperado, atualizando-as em 12%.

#### b) Reservas e fundos

O Fundo de reserva legal é constituído através da destinação de 10% das sobras líquidas dos atos cooperativos principais verificadas no encerramento de cada exercício, bem como da reversão dos créditos não reclamados no prazo de cinco anos, de auxílios e doações sem destinação especial e destina-se a suprir eventuais perdas e atender ao desenvolvimento das atividades sociais, sendo indivisível entre os cooperados. Nos casos de dissolução e liquidação da Cooperativa, ela deverá realizar o ativo social para saldar o passivo e reembolsar os associados de suas quotas-partes, destinando o remanescente, inclusive o dos fundos indivisíveis, ao Banco do Brasil, conforme previsto no inciso VI do artigo 68 da Lei nº 5.764/71 e Lei nº 8.029/90.

O Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social (FATES) é constituído através da destinação de 5% das sobras líquidas do exercício dos atos cooperativos principais e pelo resultado apurado nos atos cooperativos auxiliares e não cooperativos. O Fundo é indivisível e destina-se à prestação de assistência aos cooperados e seus dependentes legais e aos empregados da Cooperativa. No caso de liquidação e dissolução da Cooperativa, o referido Fundo terá destinação que for aprovada em Assembleia Geral.

Foram destinados no exercício de 2020, com recursos do FATES, os montantes de R\$ 86.160 (R\$ 86.273 em 2019) que se referem a pagamentos para entidades de classe de médicos cooperados e pagamentos de plano de previdência complementar no montante de R\$ 76.279 (R\$ 76.262 em 2019) para os médicos cooperados, conforme item "c) Previdência complementar" adiante.

O Fundo Pró-Família é constituído através da destinação de um percentual das sobras líquidas a ser fixado pela Assembleia Geral, bem como através de outras destinações determinadas pela Assembleia Geral Ordinária dos cooperados.

O Fundo Pró-Família destina-se ao pagamento de benefício aos herdeiros do médico cooperado falecido ou ao próprio médico cooperado que, respeitadas as normas e os critérios definidos no Estatuto e Regimento Interno da Cooperativa, aprovado pelo Conselho de Administração, requerer sua demissão da Cooperativa em virtude da sua idade e do tempo de cooperativa ou em decorrência de aposentadoria por invalidez permanente.

#### c) Previdência complementar

Em 2008, por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, foi implantado um plano de previdência complementar para os médicos cooperados da Cooperativa, estruturado no montante de Contribuição Definida, administrado pela Fundação Petrobrás de Seguridade Social - PETROS. Em 2013, foi aprovada a transferência do plano para o Unimed Fundo de Pensão Multipatrocinado que teve a aprovação pela Previc em 2014. Os aportes compreendem o valor de R\$ 76.279 (R\$ 76.262 em 2019).

A Unimed-BH tem como compromisso assumido em Assembleia a revisão da continuidade do administrador do plano de previdência privada a cada cinco anos. O objetivo é validar a segurança e a rentabilidade dos recursos; avaliar a qualidade do atendimento e da prestação de serviços e identificar as oportunidades do mercado para portabilidade.

Inexiste solidariedade entre eles e entre suas respectivas patrocinadoras ou instituidoras.

#### d) Recomposição do resultado

Os efeitos dos gastos relativos ao FATES estão registrados em despesas administrativas conforme Nota Explicativa nº 23, em atendimento ao ITG2004. A anulação dos efeitos destes registros, transitando por resultado, mas tendo como origem os recursos do fundo do FATES, estão sendo apresentados conforme quadro abaixo, em atendimento à Lei nº 5.764/71 que define a política nacional de Cooperativismo:

	2020				2019			
	Atos cooperativos		Ato não cooperativo	Total	Atos cooperativos		Ato não cooperativo	Total
	Principais	Auxiliares	102.106	615.449	Principais	Auxiliares	126.552	271.542
<b>Sobras líquida do exercício.....</b>								
(+/-) Reversos no resultado								
(+) Ajustes do FATES .....	86.160	-	-	86.160	86.273	-	-	86.273
(+/-) Realização da reserva de reavaliação ....	412	102	50	564	379	95	47	521
(+/-) Equivalência patrimonial .....	-	-	-	-	-	-	6.187	6.187
(=) Saldo a destinar .....	363.513	236.504	102.156	702.173	169.164	126.647	68.712	364.523
(-) Fundo de reserva 10% .....	(36.351)	-	-	(36.351)	(16.916)	-	-	(16.916)
(-) FATES estatutário 5% .....	(18.176)	-	-	(18.176)	(8.458)	-	-	(8.458)
(-) FATES - resultado com não associados ..	-	(236.504)	(102.156)	(338.660)	-	(126.647)	(68.712)	(195.359)
<b>Sobras (perdas) à disposição AGO .....</b>	<b>308.986</b>	-	-	<b>308.986</b>	143.790	-	-	143.790

### 19. Imposto de renda e contribuição social

#### a) Reconciliação da taxa efetiva

A reconciliação da despesa do Imposto de Renda e da Contribuição Social, incidentes sobre os atos auxiliares e não cooperativos, no resultado dos exercícios, compreendendo suas alíquotas nominais e efetivas, pode ser demonstrado seguinte forma:

	31/12/2020		31/12/2019	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Resultado antes dos impostos e participações .....	748.563	748.563	338.718	338.718
Participação nas sobras .....	(11.539)	(11.539)	(9.592)	(9.592)
<b>Resultado antes da tributação.....</b>	<b>737.024</b>	<b>737.024</b>	<b>329.126</b>	<b>329.126</b>
Resultado positivo do ato cooperativo (i) .....	(276.941)	(276.941)	(82.512)	(82.512)
Juros sobre capital social cooperado (ii) .....	(76.298)	-	(72.260)	-
Provisão sistema único de saúde .....	6.459	6.459	(8.092)	(8.092)
Provisão para contingências .....	(4.165)	(4.165)	12.494	12.494
Inovação tecnológica .....	(2.078)	(2.078)	(799)	(799)
Outras .....	(20.745)	(20.745)	(3.898)	(3.898)
Base de cálculo .....	363.256	439.554	174.059	246.319
IR/CS .....	88.105	39.560	41.796	22.169
IR/CS diferidos .....	(4.478)	(1.612)	(4.692)	(1.689)
Efeito líquido registrado no resultado do exercício .....	83.627	37.948	37.104	20.480
Alíquota efetiva .....	11%	5%	11%	6%

(i) Em conformidade com os artigos 193 e 194 do Regulamento do Imposto de Renda (Decreto nº 9.580 de 2018), a Cooperativa não terá incidência do imposto sobre suas atividades econômicas. Somente pagará o imposto sobre os resultados positivos das operações e das atividades estranhas à sua finalidade. Dessa forma, os resultados dos atos cooperativos que se referem à atividade econômica principal da Cooperativa são excluídos da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social. A Cooperativa registrou os juros sobre o capital social à conta de despesas financeiras pelo valor bruto e incorporou o valor líquido dos efeitos tributários à cota capital de cada cooperado, conforme Nota Explicativa nº 19.a.

#### b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Cooperativa, em consonância com a Resolução nº 998/04 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que aprovou a NBC T 19.2, contabilizou o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos, classificados no ativo não circulante, no montante de R\$ 94.536 (R\$ 88.557 em 2019), conforme segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Diferenças temporárias .....	96.283	90.274
Reserva de reavaliação.....	(1.747)	(1.717)
	94.536	88.557

A estimativa de recuperação dos créditos tributários é revisada, no mínimo, anualmente, levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício e aprovadas pela Administração da Cooperativa. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes às provisões.

#### c) Lei nº 12.973, de 14 de maio 2014

A partir de 2015, tornou-se obrigatória a aplicabilidade da referida lei, que extinguiu o então Regime Tributário de Transição (RTT). A diferença positiva verificada em 2015 entre o valor de ativo na contabilidade societária e o FCONT foi adicionada na determinação do lucro real na data da adoção inicial.

### 20. Receitas com operação de assistência à saúde

	31/12/2020	31/12/2019
Contraprestações emitidas .....	5.400.808	5.165.541
(-) Cancelamentos de contraprestações .....	496	(2.385)
(-) Contraprestações transferidas .....	(554.018)	(629.149)
(-) Descontos .....	(147.720)	(143.171)
Contraprestações líquidas .....	4.699.566	4.390.836
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde .....	(39.534)	(49.412)
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da Operadora .....	(135.681)	(126.376)
Contraprestações efetivas de operações de assistência à saúde .....	4.524.351	4.215.048

Em 2020, a Operadora atendeu às determinações da ANS (Comunicado nº 85 de 31/08/2020), que estabeleceu a suspensão da aplicação das parcelas dos reajustes de planos de saúde por variação de custos (anual) e por mudança de faixa etária, no período de setembro a dezembro de 2020, as quais não foram aplicadas para fins de cobrança ao beneficiário naquele exercício, mas emitidas em cumprimento ao regime de competência, sendo registrados tais valores de acordo com a orientação sobre a contabilização emitida pela ANS em 08/10/2020 e com previsão de recomposição dos reajustes a partir de janeiro de 2021 diluídas em 12 parcelas mensais e/ou menores parcelas, desde que haja concordância entre as partes (Comunicado nº 87 de 26 de novembro de 2020). Estes valores constantes da receita de contraprestações do exercício de 2020, em atenção ao regime de competência, estão compostos de acordo com os montantes do quadro a seguir:

	2020
Conta contábil/especificação	
Valor suspenso de cobrança em 2020	
Planos individuais/familiares .....	28.842
Planos coletivos por adesão .....	29.892
Planos coletivos empresariais .....	13.420
<b>Valor total da receita de contraprestação (preço preestabelecido) .....</b>	<b>4.781.694</b>
% de contraprestação que será cobrado em 2021 .....	1,50%

### 21. Eventos indenizáveis líquidos

	31/12/2020	31/12/2019
Despesa com eventos .....	(3.455.228)	(3.645.174)
Glosas .....	25.539	19.276
Recuperação por coparticipação .....	285.629	348.747
Eventos conhecidos ou avisados .....	(3.144.060)	(3.277.151)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados .....	27.307	(68.891)
Eventos indenizáveis líquidos .....	(3.116.753)	(3.346.042)

### 22. Resultado com operações não relacionadas com plano de saúde

	31/12/2020	31/12/2019
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde .....	1.589	1.676
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde da Operadora .....	211.799	237.466
Receitas com operações de assistência médico-hospitalar .....	29.042	33.886
Receitas com administração de intercâmbio eventual .....	156.775	167.819
Outras receitas operacionais .....	25.982	35.761
(		

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

### b) Gerenciamento dos riscos financeiros

A gestão de risco é realizada pela gerência de controladoria e finanças, segundo as políticas aprovadas pela Administração. A gerência de controladoria e finanças identifica, avalia e protege a Cooperativa contra eventuais riscos financeiros. A gerência de controladoria e finanças estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

A Cooperativa possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: (i) risco de mercado; (ii) risco de crédito; e (iii) risco de liquidez.

#### Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - afetarem os ganhos da Cooperativa ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Cooperativa não utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração. A Cooperativa não aplica contabilidade de *hedge* para gerenciar a volatilidade no resultado.

#### i) Risco de taxas de juros

A Cooperativa não possui alto o risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros para seus financiamentos. A Cooperativa não trabalha com instrumentos derivativos e todas as contas estão atreladas a taxas básicas da economia brasileira, principalmente Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

#### ii) Risco cambial

A Cooperativa não está exposta a riscos cambiais.

#### Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros da Cooperativa que são sensíveis a variáveis de mercado com impacto na liquidez são representados por aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários. O risco atrelado a aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e financiamentos da Cooperativa estão em sua maioria vinculados ao CDI. Essas operações indexadas ao CDI estão registradas a custo amortizado, conforme atualizações periódicas de acordo com as cotações divulgadas pelas instituições financeiras. Visando a apresentar a sensibilidade nas aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e financiamentos, aos quais a Cooperativa estava exposta em 31 de dezembro de 2019, foi realizada uma Análise de Sensibilidade dos efeitos nos seus resultados, advindos de uma alta na taxa CDI de 25% e 50%, para passivos financeiros atrelados a taxas variáveis e redução do CDI de 25% e 50% para ativos financeiros atrelados a taxas variáveis, demonstrado como segue:

	31/12/2020 (12 meses adiante)		
	Cenário Provável CDI	Cenário Possível CDI	Cenário Remoto CDI
<b>Risco nas taxas de juros</b>			
Taxas efetiva .....	2,77%	2,77%	2,77%
Taxas CDI conforme cenários.....	2,77%	2,08%	1,39%
Ativos financeiros atrelados a juros variáveis .....	1.701.773	1.701.773	1.701.773
<b>Efeito no resultado:</b>			
- Conforme a taxa efetiva (2% a.a.).....	47.139	47.139	47.139
- Conforme cenários de <i>stress</i> (receita financeira).....	47.139	35.354	23.569
<b>Efeito líquido no resultado .....</b>	-	11.785	23.570

#### Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Cooperativa incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Cooperativa. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

A área operacional analisa e avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em históricos, os projetos individuais são monitorados individualmente visando a manter um nível alto de recebimento dentro dos prazos esperados.

A Cooperativa limita sua exposição a riscos de crédito ao investir em sua maioria em aplicações de renda fixa. A Administração monitora ativamente as classificações de créditos e, uma vez que a Cooperativa tenha investido apenas em aplicações de renda fixa, aquela não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações. As aplicações financeiras são concentradas em títulos públicos e bancos de 1ª linha, classificadas em AA+ até AA-, pelas principais agências de *rating*. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4).....	135.781	137.871
Aplicações financeiras (Nota 5).....	1.701.773	1.313.473
Contas a receber de clientes (Notas 6 e 7).....	306.208	265.087
Outros valores a receber (Nota 9).....	71.713	16.141
	<b>2.215.475</b>	<b>1.732.572</b>

O detalhamento da idade dos principais saldos que compõem o Contas a receber de clientes, bem como a movimentação da provisão para perdas sobre tais valores, está apresentado nas Notas Explicativas nº 6 e 7.

Outros valores a receber da Nota 9, foram ajustados pelas contas de estoque, adiantamento a funcionários e PDD.

#### Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Cooperativa encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Cooperativa na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Cooperativa.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria da Cooperativa. A Cooperativa possui controle dos projetos e aplicações financeiras para gerenciar os saldos líquidos suficientes para honrar seus compromissos, sendo o risco de liquidez considerado pela administração como pouco relevante, frente à gestão dos recebimentos. Em geral, a Cooperativa não recorre a empréstimos bancários para suprir seu fluxo de caixa.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não descontados, incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

	31 de dezembro de 2020					
	Valor contábil	Total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	Mais que 2 anos
<b>Passivos financeiros não derivativos</b>						
Débitos de operações de assistência à saúde.....	86.537	86.537	86.537	-	-	-
Débitos de operações assist. à saúde não relacion. c/ pl. saúde da OPS.....	17.820	17.820	17.820	-	-	-
Débitos diversos.....	97.442	97.442	97.442	-	-	-
Conta corrente de cooperados.....	5.981	5.981	5.981	-	-	-
	<b>207.780</b>	<b>207.780</b>	<b>207.780</b>	-	-	-
	31 de dezembro de 2019					
Valor contábil	Total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	Mais que 2 anos	
<b>Passivos financeiros não derivativos</b>						
Débitos de operações de assistência à saúde.....	52.137	52.137	52.137	-	-	-
Débitos de operações assist. à saúde não relacion. c/ pl. saúde da OPS.....	15.301	15.301	15.301	-	-	-
Financiamentos.....	46.230	48.816	5.628	27.300	15.888	-
Débitos diversos.....	98.248	98.248	98.248	-	-	-
Conta corrente de cooperados.....	554	554	554	-	-	-
	<b>212.470</b>	<b>215.056</b>	<b>171.868</b>	<b>27.300</b>	<b>15.888</b>	-

Os fluxos de entradas (saídas), divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros derivativos mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual.

#### c) Gestão de capital

Os objetivos da Cooperativa a administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Cooperativa para oferecer retorno aos cooperados e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Em 31 de dezembro de 2020, a Cooperativa possui, aproximadamente, 44% (40% em 2019) do seu ativo total registrado como "Caixa e equivalentes de caixa" e "Aplicações financeiras" (Títulos e valores mobiliários).

#### d) Estimativa do valor justo

Os valores justos informados no balanço patrimonial não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros, alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da  
**Unimed Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico**  
Belo Horizonte - MG

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Unimed Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico (Cooperativa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outros assuntos

#### Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Cooperativa, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Cooperativa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Com a determinação de cumprir as atribuições que lhe confiaram os médicos cooperados da Unimed-BH, o Conselho Fiscal buscou entender, acompanhar e exercer contínua fiscalização sobre as operações, atividades e serviços da Cooperativa.

Para tanto, além das avaliações rotineiras e sistemáticas da demonstração de resultado, movimentações e atividades contábeis e financeiras, procuramos acompanhar as mudanças da Cooperativa, decorrentes de medidas aprovadas em Assembleias Gerais, para fazer frente aos novos rumos da Saúde Suplementar no Brasil.

Os membros do Conselho Fiscal da Unimed-BH, no uso de suas atribuições estatutárias, tendo examinado o Relatório de Administração, Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 e com base no Parecer dos Auditores Independentes – ERNST & YOUNG Auditores Independentes, recomendamos sua aprovação na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 31 de março de 2021.

Agradecemos aos colaboradores, secretárias, gerentes, superintendentes e diretores da Unimed-BH pelo incentivo e apoio ao Conselho Fiscal no desempenho de suas funções.

O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>				
Depósitos à vista e aplicações financeiras .....	135.781	135.781	137.871	137.871
<b>Títulos e valores mobiliários</b>				
Títulos e valores mobiliários.....	1.701.773	1.702.720	1.313.473	1.313.473
<b>Custo amortizado</b>				
Contas a receber de clientes.....	306.208	306.208	265.087	265.087
Outros valores a receber.....	71.659	71.659	16.141	16.141
Fornecedores (*).....	426.938	426.938	405.064	405.064
Empréstimos .....	-	-	46.230	46.230

(\*) Provisão de eventos a liquidar para SUS, Eventos a liquidar de operações de assistência à saúde, Débitos de operações de assistência à saúde, Débitos de operações assist. à saúde não relacion. c/ pl. saúde da OPS e Débitos diversos.

Os saldos referentes às aplicações financeiras e Títulos e valores mobiliários são substancialmente correspondentes ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas em sua maioria na variação do CDI.

Os saldos das Contas a receber de clientes, contas a pagar aos fornecedores e adiantamentos de clientes decorrem diretamente das operações da Cooperativa, sendo mensurados pelo custo amortizado, e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável ou relevante. Os adiantamentos de clientes não estão sujeitos a encargos financeiros.

#### e) Hierarquia de valor justo

O CPC 46 (Mensuração do Valor Justo) define valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. Essa norma também aborda que a mensuração de ativo ou passivo a valor justo é pautada nas premissas que os participantes do mercado utilizam para precificação e estabelece uma hierarquia de valor justo cujo propósito consiste na classificação, por prioridade, das informações aplicadas para a definição dessas premissas. A hierarquia do valor justo prioriza informações disponibilizadas em mercados ativos para instrumentos idênticos (dados observáveis) aquelas com baixo grau de transparência (dados não observáveis). Abaixo são detalhados os três níveis de hierarquia:

Nível 1 - as informações são preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a Entidade possa ter acesso na data da mensuração. Nível 2 - as informações excluem os preços cotados em mercados ativos incluídos no Nível 1 e abrangem informações substancialmente observáveis pelo prazo integral do ativo ou passivo: preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos similares; preços cotados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou informações corroboradas pelo mercado. Nível 3 - as informações não são observáveis para o ativo ou passivo, contudo correspondem aos melhores dados disponíveis pela Cooperativa na data de mensuração do valor justo, podendo incluir os próprios dados da Entidade.

A tabela que apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo, estão apresentados na Nota Explicativa nº 5.

#### Ativos financeiros não mensurados ao valor justo

	2020		2019	
	Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis
Caixa e equivalentes de caixa .....	-	135.781	-	137.871
Títulos e valores mobiliários.....	806.298	-	593.404	-
Contas a receber de clientes.....	-	306.208	-	265.087
Outros valores a receber.....	-	71.659	-	16.141

Não houve alterações de nível hierárquico no exercício de 2020 em relação a 2019.

#### f) Operações com instrumentos financeiros derivativos

A Cooperativa não possuía contratos com operações financeiras relacionados a instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2020 e 2019.

### 26. Margem de solvência

A RN 209/09 da ANS dispõe sobre os critérios de manutenção de Recursos Próprios Mínimos e constituição de Provisões Técnicas a ser observados pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde.

O Patrimônio Mínimo Ajustado (PMA) representa o valor mínimo do Patrimônio Líquido, tomando como capital-base o valor de R\$ 8.977 (R\$ 8.790 em 2019) fixado na RN 209/09 e posteriores alterações, multiplicado pelo fator K = 6,68% obtido no Anexo I da RN 451/2020. O Capital da Cooperativa é de R\$ 693.912 (R\$ 661.169 em 2019) que excede o valor do patrimônio líquido exigido pela Norma Técnica.

Margem de solvência - Regulada pela RN 451/2020 da ANS, corresponde à suficiência do Patrimônio Líquido ou Patrimônio Social ajustado por efeitos econômicos, sendo regulamentado pelo patrimônio líquido superior a 20% das contraprestações líquidas dos últimos 12 meses, ou 33% da média anual dos eventos indenizáveis líquidos dos últimos 36 meses dos dois, o maior.

A margem de solvência apresentada é de R\$ 1.353.092 (R\$ 943.786 em 2019) e o patrimônio líquido ajustado em conformidade com as normas da ANS é de R\$ 2.365.615 (R\$ 1.904.572 em 2019).

A Cooperativa apresenta suficiência tanto para o cálculo do patrimônio mínimo ajustado quanto para a margem de solvência. Dessa maneira, não há necessidade de utilizar o cálculo proporcionalizado a 85,28% acumulados em dezembro de 2020 (77,90% em 2019), conforme disposto em norma pela ANS.

### 27. Transações com partes relacionadas

A Cooperativa considera como partes relacionadas as pessoas ou as entidades que estão relacionadas com a Unimed-BH, considerando as premissas do CPC 05 - Partes Relacionadas. Divulgação sobre partes relacionadas, que considera, principalmente, influência significativa, membros do pessoal-chave da administração, entidades coligadas, controladas e empresas de um mesmo grupo econômico. Nesse sentido, as demais entidades integrantes do sistema Unimed não são consideradas partes relacionadas.

As transações realizadas pela Cooperativa com partes relacionadas estão representadas principalmente por seus cooperados que compreendem:

Contraprestações a receber (ativo) no montante de R\$ 3.023 (R\$ 2.588 em 2019);  
Aplicações financeiras (ativo) no montante de R\$ 48.683 (R\$ 36.365 em 2019);  
Adiantamentos a cooperados (ativo) no montante de R\$ 27.833 (R\$ 28.189 em 2019);  
Eventos indenizáveis a liquidar (passivo) no montante de R\$ 50.608 (R\$ 61.266 em 2019);  
Conta-corrente com cooperados (passivo) no montante de R\$ 5.981 (R\$554 em 2019);  
Custos (resultado) no montante de R\$ 1.003.312 (R\$ 1.292.930 em 2019);  
Despesa com utilização do FATES (resultado) no montante de R\$ 86.160 (R\$ 86.273 em 2019).

#### a) Remuneração dos administradores

Durante o exercício de 2020, a remuneração dos administradores da Cooperativa totalizou R\$ 9.174 (R\$ 9.653 em 2019). Tal montante foi apropriado no resultado dos respectivos exercícios como despesa, não existindo benefícios de longo prazo concedidos aos administradores da Cooperativa.

Dr. Samuel Flam Diretor-presidente	Dra. Maria das Mercês Quintão Fróes Diretor comercial e de Relacionamento Institucional
Dr. Eudes Arantes Magalhães Diretor administrativo-financeiro	Dr. José Augusto Ferreira Diretor de Provimento de Saúde
Dr. Múcio Pereira Diniz Diretor de Serviços Próprios	
Edson Dimas Frainz Contador CRC-MG 60984/O-2	
Suelen Amélia de Almeida Atuária MIBA 2179	

*O acompanhamento e constituição das provisões técnicas conforme Notas: 3.4.a, b e f e Nota 14, é efetuado por atuário. Os valores destas provisões técnicas com metodologia de cálculo, consubstanciado em Nota Técnica Atuarial de Provisões - NTAP, estão devidamente conferidos e reconhecido no balanço da Cooperativa, conforme assinatura do atuário responsável pelo cálculo das provisões nestas peças.*

aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 26 de fevereiro de 2021.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-25P015199/O-6

Rogério Xavier Magalhães  
Contador CRC-IMG080613/O-1

Belo Horizonte, 1º de março de 2021.

Evandro Silva Ruas

Luciano da Silva Teixeira

Sérgio Lages Murta